



ESTADO DO ACRE  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LONGO – PDT

A SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS  
PARA SUA TRAMITAÇÃO  
Em 10 / 12 / 2024  
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 319, 2024

*“Reconhece de Utilidade Pública Estadual a  
Associação Amigos do Bem.”*

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica reconhecida como de Utilidade Pública Estadual a Associação Amigos do Bem, sociedade civil sem fins lucrativos, registrada no CNPJ nº 46.326.678/0001-60, com sede à Rua Alfredo Teles, nº 1460, Sala 101, Centro, Cruzeiro do Sul - Acre.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões “Deputado FRANCISCO CARTAXO”, 04 de dezembro de 2024.

**Deputado PEDRO LONGO - PDT**



ESTADO DO ACRE  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LONGO – PDT

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração dos nobres parlamentares o presente Projeto de Lei, que tem como objetivo reconhecer a Associação Amigos do Bem como de Utilidade Pública Estadual, em razão de sua destacada atuação na promoção de iniciativas voltadas ao bem-estar social, qualificação profissional e desenvolvimento comunitário.

A Associação Amigos do Bem, com sede na Rua Alfredo Teles, nº 1460, Sala 101, Centro, em Cruzeiro do Sul - Acre, e regularmente inscrita no CNPJ nº 46.326.678/0001-60, atua com excelência e compromisso no atendimento às comunidades mais vulneráveis, proporcionando alternativas reais para a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da cidadania.

Em 2023, a Associação desenvolveu o projeto “Renovando Vidas e Despertando Mentes”, por meio do convênio nº 058/2022 firmado com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASD, realizando ações de cunho social e qualificação profissional que impactaram diretamente mais de 200 pessoas. Dentre as atividades promovidas, destacam-se campeonatos esportivos e cursos profissionalizantes, como o de manicure e pedicure, que contribuíram significativamente para a inclusão social e o desenvolvimento econômico das comunidades atendidas.

Neste ano de 2024, a Associação já ampliou seu alcance, oferecendo 12 cursos e oficinas em parceria com a Secretaria de Turismo e Empreendedorismo do Estado do Acre – SEET, por meio de emenda parlamentar. Entre os cursos ofertados estão Corte e Costura, Depilação, Confecção de Joias Artesanais para Unhas, Artesanato em Capitonê, Tapetes em Barbante, Patchwork e outros. Tais iniciativas têm gerado oportunidades de emprego, renda e dignidade para centenas de pessoas, reafirmando a relevância social da entidade.

Reconhecer a Associação Amigos do Bem como de Utilidade Pública Estadual é garantir que suas atividades possam ser ampliadas e aprimoradas, viabilizando o acesso a novos recursos e fortalecendo parcerias para o cumprimento de sua missão. Este título confere à Associação maior capacidade de continuar impactando positivamente a vida das pessoas e promovendo o desenvolvimento sustentável de nossa sociedade.



ESTADO DO ACRE  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LONGO – PDT

Dessa forma, o reconhecimento ora proposto é não apenas justo, mas necessário, considerando os resultados já alcançados pela entidade e sua contribuição para a construção de um Acre mais inclusivo e solidário.

Assim, solicito aos nobres parlamentares o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei, que trará benefícios significativos para nossa sociedade e valorizará uma entidade que tem demonstrado excelência e compromisso em suas ações.

Sala das Sessões “Deputado FRANCISCO CARTAXO”, 04 de dezembro de 2024.

Assinatura manuscrita de Pedro Longo em tinta azul.

**Deputado PEDRO LONGO - PDT**



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE  
FUNDAÇÃO E CONSTITUIÇÃO, LEITURA E  
APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, ELEIÇÃO E  
POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA E CONSELHO  
FISCAL DA ASSOCIAÇÃO TAPIRY, REALIZADA  
EM 01/03/2022.**

No dia Primeiro de março de dois mil e vinte e dois, às oito horas da manhã, na sede da Associação Tapiiry, localizada na Rua Alfredo Teles, nº1460, Sala 01, Centro, no município de Cruzeiro do Sul - Acre, reuniram-se os presentes com lista de presença em anexo. Todos pertencentes à Cidade de Cruzeiro do Sul - AC, para juntos deliberarem sobre a seguinte pauta: 1) **Fundação da Associação**; 2) **Leitura e Aprovação do Estatuto Social**; 3) **Eleição e Posse da Primeira Diretoria e Conselho Fiscal para biênio 2022 - 2026**. Deu início Assembleia o Sr. **Jeferson Oliveira Silva**, representante da comissão organizadora, que agradeceu a presença de todos, falou da necessidade das pessoas buscarem se organizar. Passou a palavra para o Sr. Roberto Silva de Oliveira, advogado, que na oportunidade agradeceu a presença de todos e parabenizou os participantes pela iniciativa de estarem se organizando. Em seguida o mesmo foi escolhido, para presidir a mesa e o Sr. Vasco de Souza Lima Júnior, para secretariar a mesma. O presidente da mesa fez uma breve apresentação sobre o Associativismo para que os presentes tivessem mais clareza dos principais objetivos de uma Associação, falou da importância das organizações das classes em todo o País e em especial em Cruzeiro do Sul. Em seguida passou a oportunidade para o secretário da mesa, que fez a leitura do Edital de Convocação que foi divulgado no mural da referida sede. Dando prosseguimento a Assembleia no primeiro ponto de pauta onde todos os presentes ficaram cientes da importância da criação da Associação, aprovaram por unanimidade a fundação da **ASSOCIAÇÃO TAPIRY**. No segundo ponto da pauta, o Presidente da mesa explicou a importância da Aprovação do Estatuto, sendo necessários os estatutos das organizações Sociais estarem de acordo com a Constituição Federal e o Código civil Brasileiro, o secretário fez a leitura do Estatuto Social em todos os seus Artigos, Seções e Parágrafos, onde todos ficaram cientes e aprovaram o mesmo em sua totalidade. Passando ao terceiro ponto da pauta o presidente iniciou o processo de eleição, solicitou do Secretário que fizesse a leitura dos artigos do Estatuto onde esclarece sobre a eleição, como também o papel de cada membro da Diretoria, Conselho de Representantes e do Conselho Fiscal nos seus respectivos cargos, que os mesmos deverão administrar a Associação conforme determina o Estatuto Social, onde todos os presentes ficaram cientes. Em seguida concedeu vinte minutos para inscrição de chapas, após o intervalo foi apresentada apenas uma única chapa, onde a mesma foi eleita por maioria de votos diretos. Ficando assim composta a nova **DIRETORIA**: **Presidente**: Jeferson Oliveira Silva, brasileira, acreano, casado, biólogo, portador do CPF: n.º 020.681.962-55 e RG: 11317507 - SEPC/AC, residente e domiciliado na Rua Canamaris, 1651, bairro Arthur Maia, Cruzeiro do Sul-AC; **Vice - Presidente**: Marcelo Ferreira de Oliveira, brasileira, acreano, casado, autônomo, portador do CPF: n.º 666.950.402-06 e RG: 351862- SSP/AC, residente e domiciliado na Rua Jaminauas, 1401, bairro Cruzairão, Cruzeiro do Sul- AC; **Secretário Geral**: Maria Iramilde Barbosa Evangelista, brasileira, acreana, casada, autônoma, portadora do CPF: n.º 017.522.412-90 e RG: 425955 - SJSP/AC, residente e domiciliada no Beco Nilo Peçanha, 181, bairro Saboeiro, Cruzeiro do Sul- AC; **Tesoureiro**: Roberto Silva de Oliveira, brasileira, acreano, solteiro, advogado, portador do CPF: n.º 984.280.632-49 e RG: 1181602-3 - SEPC/AC, residente e domiciliado na Estrada BR 307, KM 01, Aeroporto Velho, Cruzeiro do Sul- AC; **CONSELHO FISCAL**: **Primeiro Membro**: Luiz Mario Padilha, brasileira, goiano, casado, advogado, portador do CPF: n.º 902.792.207-15 e RG: 06394808-7 - IFP/RJ, residente e domiciliado na Avenida Leopoldo de Bulhões, 55, bairro do Alumínio, Cruzeiro do Sul- AC; **Segundo Membro**: Leivinho Correia Ciacchi, brasileira, acreano, casado, bancário, portador do CPF: n.º 411.975.342-53 e RG: 229.710 - SEPC/AC, residente e domiciliado na Rua do Embira,



41, bairro João Alves, Cruzeiro do Sul- AC; **Terceiro Membro:** Bruno Oliveira Jucá, Brasileira, acreano, solteiro, engenheiro agrônomo, portador do CPF: n.º 019.862.722-06 e RG: 11317515 - SEPC/AC, residente e domiciliado na Rua Antônio Costeira, bairro Arthur Maia, 1930, Cruzeiro do Sul- AC. Finalizando, no último ponto de pauta. Após a eleição o presidente empossou a nova diretoria da **ASSOCIAÇÃO TAPIRY**, que terá o mandato de quatro anos, iniciando no dia **01 de março de 2022** e se encerra no dia **01 de março de 2026**. Após a cerimônia de posse a oportunidade foi dada para os membros da nova diretoria, onde todos os eleitos se manifestaram agradecendo aos presentes pelo voto de confiança e prometeram desenvolver um bom trabalho e lutar pelo desenvolvimento da comunidade e o bem estar de todos. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra o presidente da mesa deu por encerrada a assembleia às treze horas da tarde, com a presente ata lavrada, que após lida e aprovada por todos receberá a assinatura do presidente e secretario eleitos e pelo Presidente da mesa.

Cruzeiro do Sul/Acre, 01 de março de 2022

Jefferson Oliveira Silva  
**JEFFERSON OLIVEIRA SILVA**  
Presidente eleito

Maria Iramilde Barbosa Evangelista  
**MARIA IRAMILDE BARBOSA EVANGELISTA**  
Secretária eleito

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

**ROBERTO SILVA DE OLIVEIRA**  
Presidente da mesa

**TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS**  
TABELIÃO - REGISTRADOR - CLEBER CORRÊA  
Av. Rodrigues Alves, 60 - Sala 03 - Cruzeiro do Sul - AC - CEP 69990-000 - Fone: (68) 3222-8157 - ccleber@tucruzeiro.com.br

Cód.: 779291. Reconheço por SEMELHANÇA a(s) assinatura(s) de:  
JEFFERSON OLIVEIRA SILVA, (X) MARIA IRAMILDE BARBOSA  
e/ou NOME LÍQUIDO -

Cruzeiro do Sul - AC, 01 de março de 2022. 12:38:58. E-mail: 8.98 - Fone: 0.42 -  
Papel: 0.32 - Total: 4.24. Data: C000007814-PDSAC. C000007818-SD108

Em testemunho: \_\_\_\_\_  
CASSIO DOMINGOS BEZERRA - Escrevente



Cleber Gomes Bezerra  
Escritório Autorizado  
Av. Rodrigues Alves, 60  
Hortência - Centro - Sala 03/04/05  
Tel: (68) 3222-8157

CARTÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL, TÍTULOS  
E DOCUMENTOS E CRI DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jornal de Direito do Sul - 2022  
Rua José Gomes dos Santos, 40 - Centro - Curitiba - Paraná  
CEP: 81222-350 - Fone: (41) 3333-3500 / 3333-3501  
www.jornaldesul.com.br

**PESSOAS JURÍDICAS - LIVRO A-91**  
Registro protocolizado e digitalizado sob  
o nº 6721 e Registrado sob o nº 5865 referente  
Estatuto de ASSOCIAÇÃO TAPIRY que  
encontra-se no livro A-91 fls 160/173.  
Dou fé. Curitiba do Sul - AC. 29/04/2022

Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial Inteiro

Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial Inteiro  
Título e Poderes  
Pessoas Jurídicas  
Curitiba do Sul - AC



## ATA DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

### Ata da Assembleia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO TAPIRY para mudança de denominação estatutária e alteração na Diretoria

Às 18:00 no dia 30 de agosto de 2022, à Rua Alfredo Teles, nº 1460, na cidade de Cruzeiro do Sul- AC, conforme assinaturas constantes em anexo, foi oficialmente aberta a Assembleia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO TAPIRY, registrada no CNPJ sob o nº 46.326.678/0001-60, com sede domicílio e foro na cidade de Cruzeiro do Sul- AC. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos JEFERSON OLIVEIRA SILVA e para secretariar JOICINEIDE SILVA DE SOUZA. O presidente apresentou a seguinte pauta: aprovação da mudança de denominação da associação e mudança de Vice-Presidente, Secretária e Tesoureiro da diretoria. O presidente determinou que as razões que tornam necessária as mudanças de denominação estatutária fossem esclarecidas. Foi apresentado que haveria a necessidade de alteração da denominação e alteração de cargos da Diretoria. Os presentes, por unanimidade, aprovaram a mudança de denominação no estatuto para:

#### • ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM

Bem como, passa a ser a nova Secretária: JOICINEIDE SILVA DE SOUZA, portadora do RG nº 1282073-3, portadora do CPF sob o nº 039.318.432-38, solteira, autônoma, residente e domiciliada na Avenida 17 de novembro, 1018, Apt. 06, Centro, Cruzeiro do Sul- AC.

Vice-Presidente: LUCILENE LOPES DA SILVA, portadora do RG nº 065.705- A PC- AC, CPF sob o nº 014.766.012-24, brasileira, amazonense, casada, autônoma, residente e domiciliada na Rua Canamaris, 1653, bairro Artur Maia, Cruzeiro do Sul- AC.

Tesoureiro: CHARNILSON LIMA BORGES, portador do RG nº 439404 SJSP- AC, CPF sob o nº 806.469.722-00, brasileira, acreano, casado, autônomo, residente e domiciliado na Estrada do Aeroporto, KM 02, nº 2425, bairro Nossa Senhora das Graças, Cruzeiro do Sul- AC.

Nada mais havendo para ser tratado a presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, e eu JEFERSON OLIVEIRA SILVA lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas dos demais presentes.

JEFERSON OLIVEIRA SILVA  
Presidente da Assembleia

JOICINEIDE SILVA DE SOUZA  
Secretária da Assembleia

TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
TABELÃO - REGISTRADOR - CLEBER GOMES  
Av. Rodrigues Alves, 80 - Sala 03 - Cruzeiro do Sul / AC - CEP 69060-000 - Fone: (68) 3322 8100  
Cód. 201806. Recolha por SEMELHANÇA à(s) assinatura(s) de:  
JEFERSON OLIVEIRA SILVA, (2) JOICINEIDE SILVA DE SOUZA  
Cruzeiro do Sul, 27 de outubro de 2022. 11:18:58. E-mail: 8.98 - Parcela: 8.42 -  
Funo: 8.92 - Total: 8.20. Seis: C0000408AA-4A888, C0000408AB-A8308  
Em testemunho da verdade,  
DEBES GOMES BEZERRA - Escrevente

Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699





**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE CRUZEIRO DO SUL - AC**  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial  
Avenida Boulevard Thaumaturgo nº 798 | Centro | 1º piso | Sala 79 | Capacitana Shopping | Cruzeiro do Sul - Acre  
Tel: (68) 3322-7955 | E-mail: atendimento@cartoriosulac.com

**PESSOAS JURÍDICAS - LIVRO A - 93 Fls.85**  
**AVERBAÇÃO**, protocolizado e digitalizado sob  
o nº 6818 e Registrado sob o nº 5894  
referente ao Estatuto Associação Amigos  
do Bem que encontra-se no livro A-93 fls.53.  
Dou fé. Cruzeiro do Sul - AC, 11/11/2022.

Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial  
Cruzeiro do Sul - AC

Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial Registrador



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE CRUZEIRO DO SUL - AC**  
Tribuna de Justiça do Estado do Acre  
C1 - OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Selo: C10000A2E3 - Chave: 8D208 4B2

Data/Hora: 11/11/2022 09:47:25  
Soraya Tarcila Lopes Bezerra  
Valor Total: R\$ 44,80  
Fecom R\$ 4,48 - Funef R\$ 4,48  
Consulte a autenticidade: [selo.tjac.jus.br](http://selo.tjac.jus.br)



Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial  
Cruzeiro do Sul - AC



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE CRUZEIRO DO SUL - AC**  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial  
Avenida Boulevard Thaumaturgo nº 798 | Centro | 1º piso | Sala 79 | Capacitana Shopping | Cruzeiro do Sul - Acre  
Tel: (68) 3322-7955 | E-mail: atendimento@cartoriosulac.com

Tribuna de Justiça do Estado do Acre  
C1 - OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Selo: C10000A2E4 - Chave: C80B1 4A3  
Data/Hora: 11/11/2022 09:47:27  
Soraya Tarcila Lopes Bezerra  
Valor Total: R\$ 63,80  
Fecom R\$ 3,92 - Funef R\$ 7,83  
Consulte a autenticidade: [selo.tjac.jus.br](http://selo.tjac.jus.br)



Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial  
Cruzeiro do Sul - AC



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE CRUZEIRO DO SUL - AC**  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial  
Avenida Boulevard Thaumaturgo nº 798 | Centro | 1º piso | Sala 79 | Capacitana Shopping | Cruzeiro do Sul - Acre  
Tel: (68) 3322-7955 | E-mail: atendimento@cartoriosulac.com

Selo: C10000A2E2 - Chave: 8F8F2 803  
Data/Hora: 11/11/2022 09:47:28  
Soraya Tarcila Lopes Bezerra  
Valor Total: R\$ 48,80  
Fecom R\$ 2,47 - Funef R\$ 4,95  
Consulte a autenticidade: [selo.tjac.jus.br](http://selo.tjac.jus.br)



Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial  
Cruzeiro do Sul - AC



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE CRUZEIRO DO SUL - AC**  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial  
Avenida Boulevard Thaumaturgo nº 798 | Centro | 1º piso | Sala 79 | Capacitana Shopping | Cruzeiro do Sul - Acre  
Tel: (68) 3322-7955 | E-mail: atendimento@cartoriosulac.com

Tribuna de Justiça do Estado do Acre  
C1 - OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Selo: C10000A2E1 - Chave: 0DA20 4C3  
Data/Hora: 11/11/2022 09:47:25  
Soraya Tarcila Lopes Bezerra  
Valor Total: R\$ 87,60  
Fecom R\$ 2,83 - Funef R\$ 5,76  
Consulte a autenticidade: [selo.tjac.jus.br](http://selo.tjac.jus.br)



Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial  
Cruzeiro do Sul - AC



## ESTATUTO SOCIAL

### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, FORO, SEDE E DURAÇÃO

**Art. 1º-** A TAPIRY, também denominada ASSOCIAÇÃO TAPIRY, é uma associação civil com personalidade jurídica de direito privado, com fins não econômicos, de âmbito nacional e internacional, apartidária, com sede e foro na Rua Alfredo Teles, 1460, sala 01, Centro, na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, 69980-000.

**Art. 2º-** É indeterminado o prazo de duração da ASSOCIAÇÃO TAPIRY e ilimitado o número de associados, iniciando suas atividades em 01 de março de 2022, regendo-se pela legislação vigente e pelo presente Estatuto e deve a sua existência exclusivamente à vontade seus membros.

### CAPÍTULO II

#### DA FINALIDADE

**Art. 3º-** A ASSOCIAÇÃO TAPIRY tem por finalidade:

- I- Promover e apoiar ações que visem a preservação, conservação, defesa e recuperação ambiental, com prioridade para os ambientes da Amazônia, em particular, do Estado do Acre;
- II- Incentivar e promover a divulgação de causas pacíficas;
- III- Assessorar técnica e juridicamente causas envolvendo questões ambientais, inclusive propor ações judiciais, através de seu departamento jurídico;
- IV- Promover ações de educação ambiental, formal e não formal, envolvendo todos os segmentos da população;
- V- Criar comitês ou comissões de acompanhamento de órgãos fiscalizadores na aplicação de legislação ambiental;
- VI- Efetuar e divulgar estudos de previsão do comportamento dos ambientes da Amazônia em função da ação antrópica e dos efeitos sinérgicos consequentes;
- VII- Elaborar e executar programas e projetos na área ambiental;
- VIII- Colaborar e interagir com entidades afins, nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;
- IX- Elaborar estudos e desenvolver projetos que visem à melhoria da qualidade de vida das populações urbanas, rurais e indígenas;
- X- Celebrar convênios, acordos e contratos com organizações e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, com vistas a atingir seus objetivos;
- XI- Estimular a criação e o aperfeiçoamento da legislação que instrumentaliza a consecução dos presentes objetivos, em todas as instâncias legislativas;
- XII- Defender interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos de hipossuficientes em geral, podendo para tal ajuizar ações civis públicas (com base na Lei nº 7.347 e suas alterações, como a Lei 13.004/2014, ou outras leis que atribuam legitimidade para tais ações coletivas) e outras judiciais, principalmente para defender os seguintes interesses:

- a) Direito das crianças e do adolescente, direitos estes compreendidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8078), em leis especiais e em tratados internacionais (Convenção de Direitos Humanos e OEA, etc.) e em outros preceitos de ordenamento jurídico;
- b) Defesa e promoção do direito ou interesse difuso por um meio ambiente ecologicamente equilibrado, visando à proteção do meio ambiente, a responsabilidade dos destruidores e à indenização das vítimas.

XIII- Promover e divulgar atividades de caráter técnico, científico, educativo, cultural, filantrópico, técnico agrícola, ecológico e de responsabilidade e assistência social em comunidades carentes, que vivem em situação de vulnerabilidade social;

XIV- Prestar assistência técnica e extensão rural.

XV- Promover e apoiar ações que visem o turismo e etno turismo, com prioridade para os ambientes da Amazônia, em particular, do Estado do Acre;

### CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS

**Art. 4º-** A ASSOCIAÇÃO TAPIRY é constituída de associados que integram o seu quadro social, nas seguintes categorias:

- I- FUNDADORES: todas as pessoas que participarem da Assembleia Geral de fundação;
- II- EFETIVOS: são os associados fundadores e mais as pessoas que forem aceitas como tais, preenchidos os requisitos e procedimentos definidos no presente estatuto;  
§1º- Para se tornar Associado Efetivo é necessário participar de uma Assembleia Ordinária ou Extraordinária, sendo referendado pela mesma, e participar da execução de projetos e/ou de outras atividades da entidade durante esse período.
- III- COLABORADORES: são as pessoas que prestam alguma colaboração ou contribuição voluntária para a ASSOCIAÇÃO TAPIRY atingir seus objetivos.

**Art. 5º-** São direitos dos Associados Efetivos:

- I- Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- II- Votar e ser votado, quando quite com a entidade;
- III- Ser indicado para os órgãos que compõem a estrutura administrativa;
- IV- Receber as publicações e comunicações oficiais da entidade, quando quite com a mesma;
- V- Propor à Diretoria a formação de comissões para analisar questões de interesse da entidade;
- VI- Solicitar reconsiderações das decisões da Diretoria e Conselho Fiscal, em assuntos que lhe digam respeito;
- VII- Ter acesso a documentação técnica da entidade, no âmbito de sua sede;
- VIII- Sugerir e propor aos demais órgãos de direção as ações e projetos que a entidade deve desenvolver;
- IX- Participar de comissões, comitês ou grupos de trabalho, quando designado;
- X- Usufruir de todas as vantagens oferecidas pela entidade, bem como das atividades sob sua promoção.

**Art. 6º-** São deveres dos Associados Efetivos:



- I- Acatar o Estatuto, o Manual de Procedimentos da entidade e as decisões dos seus órgãos diretivos;
- II- Comparecer às reuniões e Assembleia Gerais;
- III- Fornecer à biblioteca da entidade, exemplares de trabalhos publicados, que forem apoiados ou promovidos pela mesma;
- IV- Contribuir com a anuidade definida pela Diretoria;
- V- Cumprir a legislação ambiental vigente e colaborar para o seu aprimoramento;
- VI- Comunicar as irregularidades no cumprimento da legislação ambiental às autoridades competentes;

**Art. 7º- São direitos dos Associados Colaboradores:**

- I- Sugerir e propor aos órgãos de direção as ações e projetos que a entidade deve desenvolver;
- II- Participar de eventos e outras atividades públicas promovidas pela ASSOCIAÇÃO TAPIRY caso deseje e quando solicitado pela Secretaria Executiva, de comissões, comitês ou grupos;
- III- Receber informativo sobre as atividades da ASSOCIAÇÃO TAPIRY, caso tenham interesse.

**Art. 8º- São deveres dos Associados Colaboradores:**

- I- Acatar o Estatuto Social, o Manual de Procedimentos da entidade e as decisões dos seus órgãos diretivos;
- II- Concorrer para a realização das finalidades e dos objetivos da entidade, zelando pelo seu nome e a salvaguarda de seu patrimônio;
- III- Cumprir com a legislação ambiental vigente e colaborar para o seu aprimoramento;
- IV- Comunicar as irregularidades no cumprimento da legislação ambiental às autoridades competentes.

**Art. 9º- Poderá ser excluído, a critério da Diretoria, o associado que:**

- I- Agir em desacordo com as finalidades da entidade;
- II- Não tiver nenhum envolvimento com a entidade durante os últimos doze meses ou que deixar de honrar suas anuidades;
- III- Por vontade requerer a sua saída por escrito, expondo seus motivos a Diretoria, protocolando o seu pedido com antecedência de 30 (trinta) dias de sua efetiva saída;

**PARÁGRAFO ÚNICO-** Das decisões da Diretoria, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa, caberá recursos para a Assembleia Geral, no prazo de (30) trinta dias, de cuja decisão não caberá mais recurso.

**Art. 10-** Os associados não respondem subsidiariamente nem solidariamente pelas obrigações contraidas pela ASSOCIAÇÃO TAPIRY perante terceiros.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DO PATRIMÔNIO, RENDAS, DOTAÇÕES E PRESTAÇÕES DE CONTAS**

**Art. 11-** Constituem o patrimônio da ASSOCIAÇÃO TAPIRY:

- I- Rendas resultantes de atividades desenvolvidas;
- II- Transferência de dotação orçamentárias dos diversos órgãos da administração direta ou indireta;

**Art. 19-** São órgãos da ASSOCIAÇÃO TAPIRY:

- I- A Assembleia Geral;
- II- Diretoria; e
- III- O Conselho Fiscal;

## SEÇÃO I

### DA ASSEMBLEIA GERAL

**Art. 20 -** A Assembleia Geral Ordinária é o órgão de deliberação máxima da entidade tomada pela maioria dos membros presente podendo reunir-se ordinária ou extraordinariamente.

**Parágrafo Primeiro -** A Assembleia Geral, acontecerá por convocação do presidente, garantindo-se também a 1/5 dos associados quites com suas obrigações o direito de promovê-la.

**Parágrafo Segundo -** As Assembleias Gerais Ordinárias ocorrerão a cada doze meses, com a presença de 70% (setenta por cento) de seus membros em primeira convocação, em segunda com a presença de 50% dos presentes e em terceira convocação após uma hora, com qualquer número de presentes, onde se discutirão obrigatoriamente os seguintes assuntos:

- I - Manifestar-se sobre toda e qualquer matéria de interesse da entidade e da administração e funcionamento da mesma;
- II - Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal;
- III - Eleger e designar os seus representantes perante organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas;
- IV - Apreciar e votar as prestações de contas das atividades da Diretoria;
- V - Discutir e definir os planos nos campos da educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e cultural de acordo com a realidade dos associados;
- VI - Estabelecer a linha de ação e programa de trabalho entidade;
- VII - Fiscalizar a aplicação do patrimônio da entidade;
- IX - Planejar e avaliar as atividades desenvolvidas pela entidade;
- X - Definir os papéis e contribuição dos membros;
- XI - Decidir sobre contratação de pessoal e de serviços;
- XII - Resolver os casos omissos e as contradições do presente Estatuto.

**Art. 21 -** As Assembleias Gerais Extraordinárias acontecerão sempre que necessário e serão convocadas pela Diretoria e por 1/3 (um terço) de seus membros, com a presença de 70% (setenta por cento) de seus membros, em primeira convocação e em segunda convocação, após uma hora com qualquer número de presentes, que estejam no exercício de seus direitos e terão poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesses dos associados.

**Parágrafo primeiro -** É da competência da Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I - Propor reforma do Estatuto;
- II - Dissolução da diretoria;
- III - Mudanças dos membros da Diretoria;
- IV - Mudanças de objetivos;



- III- Contribuição proveniente de convênios, acordos, projetos, contratos com entidades nacionais, estrangeiros e internacionais;
- IV- Donativos recebidos;

**Art. 12- Constituem rendas da ASSOCIAÇÃO TAPIRY:**

- I- Aquelas oriundas dos serviços que vier a prestar;
- II- Os recursos oriundos de convênios, contratos e outros compromissos com entidades públicas, privadas e de economia mista, nacionais ou internacionais;
- III- As doações e legados que lhe forem feitos por pessoas físicas ou jurídicas;
- IV- As receitas de anuidades pagas pelos sócios;

**Art. 13-** Os bens e recursos da ASSOCIAÇÃO TAPIRY serão utilizados, exclusivamente, na consecução dos seus objetivos sociais, podendo, quando necessário, solicitar empréstimos bancários, em instituições privadas e federais, para uso exclusivo em suas atividades, e com expressa autorização da Diretoria, através de resolução e inclusão no manual de procedimentos;

**Art. 14-** Sob nenhuma forma ou título a entidade poderá distribuir entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo social.

**Art. 15-** No desenvolvimento de suas atividades, a entidade atenderá a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

**Art. 16-** A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais pelos dirigentes da entidade e seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau e ainda pelas pessoas jurídicas dos quais os mencionados anteriormente sejam controladores ou detenham mais de dez por cento das participações societárias.

**Art. 17-** A prestação de contas da instituição observará, no mínimo:


- I- Os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II- A publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débito junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
- III- A realização de auditorias, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos de Termos de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV- A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal;

**Art. 18-** O patrimônio da entidade só poderá ser permutado, onerado ou alienado com autorização expressa da Assembleia Geral.

## CAPÍTULO V

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

  
Jefferson Oliveira Silva  
Médico



V - Aprovação da contribuição dos associados.

Parágrafo segundo - Os trabalhos das Assembleias Gerais Extraordinária serão dirigidos pelo Presidente da entidade, auxiliado pelo Vice-Presidente e o Secretário.

**Art. 22** - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão convocadas também pela Diretoria ou por unanimidade do Conselho Fiscal quando julgar necessário;

**Art. 23** - As decisões das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão tomadas por 70% + 1 (setenta por cento mais um) dos votos dos membros presentes, especialmente convocada para destituição de membro da Diretoria, aprovação de contas, reforma do estatuto, dissolução da entidade e exclusão de associado, não podendo a assembleia deliberar em 1.ª convocação, sem a maioria absoluta dos associados.

**Art. 24** - As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, reunindo-se no local programado pela a coordenação da Entidade em primeira convocação, com a presença mínima de 70% (setenta por cento) dos membros, não havendo *quórum*, a Assembleia Geral se instalará automaticamente uma hora após a primeira convocação com o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos membros;

**Art. 25** - Os editais de convocação deverão ser fixados na sede da entidade e divulgados através dos meios de comunicação estadual, regional e local e devem conter dia, hora local, pauta de discussão, data e assinatura do presidente ou seus substitutos.

**Art. 26** - Constarão em atas das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e as decisões tomadas serão vinculam a todos, as assinaturas dos presentes deverão constar no livro de presença específico.

## DA DIRETORIA

**Art. 27** - A entidade será administrada por uma Diretoria composta por 04 (quatro) membros da Diretoria executivo, instituídos nos termos deste estatuto e deverá ser eleita pela a Assembleia Geral Ordinária por voto secreto observando sempre o perfil dos indicados visando o melhor desempenho da entidade, e terá um mandato de 04 (quatro) anos, podendo seus membros ser reeleitos por mais um mandato e será composta pelos seguintes membros:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Secretário;
- V - Tesoureiro;

Parágrafo Primeiro - O mandato dos membros a que se refere o Art. 27º - Será extinto antes do término, nos seguintes casos:

- I - Morte;
- II - Renúncia;
- III - Ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, no período de um ano;
- IV - Procedimento incompatível com a dignidade das funções e do presente estatuto.

Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

Selison Ribeiro Silva  
membro da diretoria



**Art. 28** - A Diretoria da entidade, não tem caráter político, partidário e nem restrições por motivo de raça, cor, sexo, religião e nacionalidade.

**Art. 29**- A Diretoria poderá se reunir somente com a presença mínima de 50% (cinquenta) por cento de seus membros, lavrando-se atas das decisões tomadas;

I - O membro da Diretoria que faltar reuniões deverá justificar a sua ausência perante aos demais membros;

II - No caso de desistência ou negligência de um membro da Diretoria será de competência da Assembleia Geral promover afastamento do mesmo e, em consequência o preenchimento da vaga.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da diretoria deverão se reunir ordinariamente uma vez a cada trinta dias e extraordinariamente, quando necessário ou a pedido de pelo menos 10% (dez) por cento dos mesmos e as decisões tomadas deverão constar em atas e assinatura dos presentes deverá constar em livro específico de reunião da diretoria e suas decisões vincularão a todos os associados.

**Art. 30** - Em caso de afastamento, impedimento, renúncia, perda do mandato ou falecimento de membro da diretoria, a substituição será feita segundo a seguinte ordem:

I - O Presidente da entidade será substituído pelo Vice-Presidente, observando-se, a seguir a substituição pelo Secretário-Geral e pelo Secretário de Finanças;

II - Os outros diretores serão substituídos pelos respectivos suplentes;

**Art. 31**- Em caso de vacância de algum cargo e impossibilidade do mesmo ser preenchido por recusa ou impossibilidade do suplente, caberá a Assembleia a escolha do substituto para preenchimento do cargo.

**Art. 32**- São Atribuições da Diretoria:

I - Adotar normas para a execução disciplinada dos seus serviços e das atribuições dos demais membros da Diretoria e reuni-las em Regimento Interno;

II - Encaminhar as deliberações da Diretoria, Conselho Fiscal e das Assembleias Gerais;

III - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as decisões das Assembleias Gerais e do Conselho Fiscal como também as demandas vindas dos associados;

IV - Administrar o patrimônio e organizar a previsão orçamentária e a prestação de contas;

V - Fiscalizar e participar dos serviços de todos os órgãos públicos ou privados que executarem quaisquer serviços na área de atuação da entidade;

VI - Fomentar a integração dos trabalhos realizados pelos os órgãos públicos na área de sua abrangência juntamente com os associados;

VII - Avaliar o objetivo e desempenho das ações dos diversos órgãos atuantes na área de atuação da entidade de forma eventual ou permanente juntamente com os associados;

VIII - Convocar órgãos atuantes na área da Comunidade, para reuniões periódicas ou quando julgarem necessário;

IX - Submeter ao Conselho Fiscal os Balanços, relatórios financeiros e prestação de contas da entidade;

X - Requisitar membros para tomar parte em comissões ou grupos de trabalhos constituídos para cumprir os objetivos da entidade;

XI - Admitir/demitir empregados e contratar prestação de serviços;

XII - Criar departamentos, comissões ou seções para o encaminhamento de questões específicas do interesse da entidade;



- XIII - Deliberar sobre a convocação extraordinária de Assembleia Geral;
- XIV - Deliberar sobre questões decorrentes das suas atribuições legais e estatutárias;
- XV - Convocar suplentes da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- XVI - Prestar contas da administração financeira e patrimonial da entidade ao final de seu mandato;
- XVII - Manter intercâmbio com entidades públicas e privadas, visando à cooperação entre as entidades;
- XX - No caso de desistência ou negligência de um membro da Diretoria são de competência da Assembleia Geral o afastamento do mesmo e preenchimento da vaga.

**Art. 33 - São Atribuições dos Membros da Diretoria:**

### **DO PRESIDENTE**

- I - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais;
- II - Representar a entidade, ativa e passivamente em juízo, dentro ou fora da área de sua abrangência, perante autoridades administrativas e judiciárias e os interesses individuais dos associados relativos às atividades ou profissão exercida;
- III - Apresentar nas Assembleias os relatórios de prestações de contas e das atividades da entidade;
- IV - Movimentar em conjunto com o tesoureiro as contas bancárias da entidade;
- V - Assinar compromissos, contratos, convênio; encaminhar projetos e realizar ajustes assumidos pela a entidade, em conjunto com o Secretário e o Tesoureiro;
- VI - Forma parceria e aliança com outras entidades afins;
- VII - Orientar no planejamento das aplicações dos recursos disponíveis;
- VIII - Avaliar com os Diretores, Conselho de Representante e Conselho Fiscal as condições para a implantação de projetos;
- IX - Indicar assessorias específicas em comum acordo com a Diretoria;
- X - Acompanhar todas as discussões no âmbito governamentais e não governamentais locais que envolva os associados, sempre lutando pelos os interesses coletivos de seus membros;
- XI - Visitar as famílias de seus associados para conhecer de perto a realidade de cada uma e fazer o estudo do diagnóstico de cada família em parceria com outras entidades a fim de implantar projetos sustentáveis na da melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

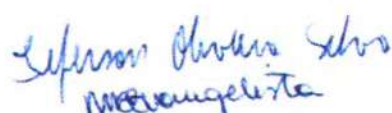
### **DO VICE-PRESIDENTE**

- I - Substituir o Presidente nos seus impedimentos representando-o e executando todas as ações que competem ao mesmo em caso de ausência ou afastamento definitivo observando os termos assumidos pelo o Estatuto;
- II - Assessorar o Presidente nas atividades da entidade;
- III - Responsabilizar-se na ausência do presidente pelo setor de projetos na elaboração e acompanhamento dos mesmos de acordo com as demandas vindos das bases objetivando a formação de recursos humanos nas áreas de administração, contabilidade, jurídicas e técnica dentro da organização, com o objetivo de fortalecer os demais membros.

### **DO SECRETÁRIO**

- I - Organizar as reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;
- II - Secretariar e lavrar Atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;
- III - Responsabilizar-se pelos livros, manter arquivos coordenar e programar as atividades da entidade, relativas à formação de lideranças, em cumprimento as decisões das instâncias deliberativas;

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

  
Jefferson Oliveira Silva  
Mecanógrafo



- IV - Elaborar e programar um plano de formação que promova uma maior conscientização dos associados, além de promover atividades culturais diversas que estimulem o convívio e a troca de experiência entre os mesmos;
- V - Coordenar a preparação e a execução do Plano Anual de Atividades da entidade;
- VI - Articular a ação das diversas secretarias da entidade, objetivando o trabalho integrado entre as mesmas;
- VII - Acompanhar as atividades desenvolvidas nas comissões e departamentos da entidade, mantendo a diretoria informada sobre as mesmas;
- VIII - Receber as correspondências endereçadas à entidade, dando ciência das mesmas e encaminhando-as aos demais membros da diretoria;
- IX - Substituir o presidente e o vice-presidente nos termos do presente Estatuto;
- X - Cadastrar todos os membros da entidade da área de sua abrangência;
- XI - Assessorar a diretoria nas atividades que lhe competir;
- XII - Assinar em conjunto com o presidente compromissos, contratos e ajustes assumidos pela a entidade;
- XIII - Formar banco de dados sobre todas as famílias e comunidade da área de sua abrangência, a fim de ter as informações atualizadas;
- XIV - Estar atualizado e informar os associados, bem como, aos demais representantes da entidade sobre todas as atividades e os acontecimentos;
- XV - Divulgar as resoluções das instâncias nacionais, estaduais e da Entidade, acompanhando e organizando as atividades deliberadas;
- XVI - Manter contato com demais organizações simpatizantes com os serviços prestados pela associação;
- XVII - Cuidar do acervo cultural da entidade;
- XVIII - Ter agilidade nas reivindicações dos associados;

#### DO TESOUREIRO

- I - Receber e registrar em livro próprio as doações em dinheiro, pagamento das mensalidades e contribuição de taxas dos associados;
- II - Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores da entidade;
- III - Acompanhar e coordenar as políticas de finanças definidas pelas instâncias deliberativas da entidade;
- IV - Gerenciar a parte administrativa financeira da entidade assegurando o regular desenvolvimento de suas atividades internas;
- V - Acompanhar e administrar o corpo técnico, administrativo e de apoio da entidade, cumprindo e fazendo cumprir a política de pessoal estabelecida pela Diretoria;
- VI - Supervisionar os serviços contábeis da entidade;
- VII - Cuidar da compra, do patrimônio, conservação, utilização e alienação dos bens móveis da entidade;
- VIII - Coordenar e administrar financeiramente os convênios e projetos de cooperação firmados com entidades públicas e privados;
- IX - Manter em ordem o livro caixa e a contabilidade da entidade, elaborando balancetes e balanços;
- X - Assinar em conjunto com o presidente as contas bancárias e demais movimentos constitutivos de obrigações;
- XI - Depositar os valores do caixa em agência bancária, escolhida em reunião da diretoria, mantendo em caixa, pequena quantia para as despesas de expedientes;
- XII - Elaborar o relatório anual das prestações de contas a ser submetido às Assembleias Gerais;
- XIII - Elaborar os orçamentos, as prestações de contas e acompanhar a execução financeira dos projetos em andamento.

Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial Interno - Imóveis  
Títulos e Documentos  
Pessoas Jurídicas  
Cruzeiro do Sul - Acre

Parágrafo Único - Todo aumento da ordem financeira e patrimonial, será assinado pelo o presidente e pelo tesoureiro.

#### SEÇÃO IV

##### DO CONSELHO FISCAL

**Art. 34-** O conselho fiscal, órgão de fiscalização contábil e financeira, será integrado por três membros titulares e dois suplentes, eleitos pela Assembleia Geral preferencialmente seus associados efetivos, para o mandato de quatro anos e simultaneamente empossados, permitida apenas uma reeleição.

**Art. 35-** Compete ao Conselho fiscal:

I - Examinar os livros da escrituração da instituição;

II - Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para organismos superiores da entidade;

III - Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

Parágrafo único - O conselho fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por ano, no mês de março e extraordinariamente tantas vezes quantas forem necessárias, a critério de seu presidente que será escolhido entre os membros titulares.

**Art. 36 -** Os integrantes do conselho fiscal não podem ser parentes, até o terceiro grau, dos membros do Conselho Deliberativo e da Secretaria Executiva.

#### SEÇÃO V

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Com a inclusão do Conselho Consultivo a nova disposição dos artigos no estatuto ficou assim:

#### SEÇÃO VI

##### DAS ELEIÇÕES


**Art. 37 -** Os mandatos dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão coincidentes e de quatro anos.

§ 1º - A diretoria empossada na eleição anterior assumirá, imediatamente, a direção da instituição até que o trâmite de registro, no cartório, da nova diretoria eleita e agências bancárias estejam concluído.

§ 2º - O voto será direto e secreto para a eleição dos membros dos conselhos sendo permitido o voto por meio eletrônico, apenas nas circunstâncias estabelecidas no Manual de Procedimento.

§ 3º - As eleições serão convocadas com, pelo menos, trinta dias de antecedência do término dos respectivos mandatos.

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

  
Jefferson Oliveira Silva  
Membro do Conselho



§ 4º - Para o procedimento dos cargos só poderão concorrer chapas completas, inscritas conforme regulamento das eleições.

**Art. 38** – Em caso de ausência, impedimento ou vacância de qualquer dos membros dos Conselhos, o suplente assumirá imediatamente.

Parágrafo único – Havendo vacância e não havendo mais suplentes, será procedida eleição para o preenchimento do cargo, no prazo de trinta dias, para término do respectivo mandato.

**Art. 39**- Os critérios e procedimentos mínimos necessários à convocação de eleição estão contidos no Manual de Procedimentos.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 40**- O exercício coincidirá com o ano civil.

**Art. 41**- É expressamente vedado o uso da razão social da ASSOCIAÇÃO TAPIRY em atos estranho aos seus objetivos sociais, em especial na prestação de avais, endossos, finanças e causas de favor.

**Art. 42**- A ASSOCIAÇÃO TAPIRY poderá ser extinta a qualquer tempo, por decisão favorável de 2/3 (dois terços) da maioria absoluta de seus associados que estejam em gozo de seus direitos, que não assegurem a sua continuidade em dois escrutínios com prazo de sete dias entre ambos, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, destinando-se o seu patrimônio e haveres à uma entidade congênera, filiada ao Conselho Nacional de Serviço Social – CND.

**Art. 43**- No caso de dissolução da instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da SOS Amazônia, nos termos do artigo 33, inciso III da Lei 9.790/99;

**Art. 44**- Na hipótese da entidade perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou sua qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da ASSOCIAÇÃO TAPIRY.

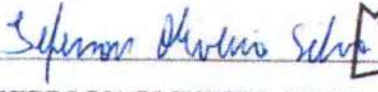
**Art. 45**- O presente Estatuto Social só poderá ser reformulado através de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim.

Parágrafo Único – são necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornarem válidas as deliberações de que trata este artigo.

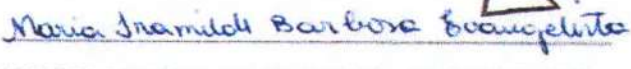
**Art. 46**- Os casos omissos serão decididos, no que couber, pela Secretaria Executiva pelo Conselho Deliberativo ou pela Assembleia Geral.

**Art. 47**- Todas as disposições estatutárias, que se originarem na presente revisão e bem assim as demais disposições considerar-se-ão vigentes e com eficácia após a aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária e averbadas na Serventia de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Cruzeiro do Sul/AC, 01 de março de 2022

  
**JEFERSON OLIVEIRA SILVA**

Presidente eleito

  
**MARIA IRAMILDE BARBOSA EVANGELISTA**

1º Secretário eleito

  
**Dr. Roberto Oliveira**  
Advogado  
OAB/AC 5699

**ROBERTO SILVA DE OLIVEIRA**

Advogado OAB - AC

Nº 5.699

**TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS**

**TABELIÃO - REGISTRADOR - CLEBER CORRÊA**

Av. Rodrigues Alves, 60 - Sala 02 - Cruzeiro do Sul/AC - CEP 69800-000 - Fone: (66) 3322-8157 - cartorio@crs.ac.gov.br

Cód. 278281. Rascunho por SEMELHANÇA a(s) assinatura(s) de:  
(1) JEFERSON OLIVEIRA SILVA, (2) MARIA IRAMILDE BARBOSA  
EVANGELISTA  
Cruzeiro do Sul, 19 de abril de 2022. 12:38:39. Emel.: 8,98 - Pacom: 0,42 -  
Runa: 0,82 - Total: 9,20. Série: C000037812-7A88B, C000037813-0E9F4

Em testemunha \_\_\_\_\_ da verdade

**OSEAS GOMES BEZERRA - Escrevente**



  
**Oseas Gomes Bezerra**  
Escrevente Autorizado  
Av. Rodrigues Alves, 60  
Horizonte - Santa Rita 03/04/05  
Tel: (66) 3322-8157



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial Interino  
Rua Adolpho Azeiteiro, 65 - Jd. 7 - Centro - Cruzeiro do Sul/AC  
CEP 69000-000 - Fone: (68) 3222-7955 - 843 906 9770  
e-mail: jonathas.ribeiro@ac.gov.br

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial Interino  
Rua Adolpho Azeiteiro, 65 - Jd. 7 - Centro - Cruzeiro do Sul/AC  
CEP 69000-000 - Fone: (68) 3222-7955 - 843 906 9770  
e-mail: jonathas.ribeiro@ac.gov.br

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial Interino  
Rua Adolpho Azeiteiro, 65 - Jd. 7 - Centro - Cruzeiro do Sul/AC  
CEP 69000-000 - Fone: (68) 3222-7955 - 843 906 9770  
e-mail: jonathas.ribeiro@ac.gov.br

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial Interino  
Rua Adolpho Azeiteiro, 65 - Jd. 7 - Centro - Cruzeiro do Sul/AC  
CEP 69000-000 - Fone: (68) 3222-7955 - 843 906 9770  
e-mail: jonathas.ribeiro@ac.gov.br

**PESSOAS JURÍDICAS - LIVRO A-91**  
Registro protocolizado e digitalizado sob o nº 6723 e Registrado sob o nº 586<sup>o</sup> referente Estatuto da ASSOCIAÇÃO TAPIR<sup>o</sup> que encontra-se no livro A-91 fls 16<sup>o</sup>, 173.  
Dou fé. Cruzeiro do Sul - AC. 29/04/2022

Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial Interino

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Protocolo: C100008901 - Chave: 11805 4C1  
Data/Hora: 29/04/2022 10:46:51  
Assessor: Tarcísia Lopes Bezerra  
Valor Total: R\$ 106,40  
Valor em R\$ 5,28 - Funej: R\$ 10,54

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Protocolo: C100008938 - Chave: 754B0 6G5  
Data/Hora: 29/04/2022 10:46:52  
Assessor: Tarcísia Lopes Bezerra  
Valor Total: R\$ 49,60  
Valor em R\$ 2,47 - Funej: R\$ 4,95

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Protocolo: C100008917 - Chave: EC:78 4C2  
Data/Hora: 29/04/2022 10:46:53  
Assessor: Tarcísia Lopes Bezerra  
Valor Total: R\$ 52,80  
Valor em R\$ 2,70 - Funej: R\$ 5,38

Cruzeiro do Sul - AC, 29/04/2022.

Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial Interino - Imóveis  
Títulos e Docas  
Pessoas Jurídicas  
Cruzeiro do Sul - Acre

Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial Interino - Imóveis  
Títulos e Docas  
Pessoas Jurídicas  
Cruzeiro do Sul - Acre

Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial Interino - Imóveis  
Títulos e Docas  
Pessoas Jurídicas  
Cruzeiro do Sul - Acre

Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial Interino - Imóveis  
Títulos e Docas  
Pessoas Jurídicas  
Cruzeiro do Sul - Acre

# ESTATUTO SOCIAL

Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial Interno - Imóveis  
Títulos e Documentos  
Pessoas Jurídicas  
Cruzeiro do Sul - Acre

## CAPÍTULO I

### DA DENOMINAÇÃO, FORO, SEDE E DURAÇÃO

**Art. 1º-** A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM, também denominada AAB, é uma associação civil com personalidade jurídica de direito privado, com fins não econômicos, de âmbito nacional e internacional, apartidária, com sede e foro na Rua Alfredo Teles, 1460, sala 01, Centro, na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, 69980-000.

**Art. 2º-** É indeterminado o prazo de duração da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM e ilimitado o número de associados, iniciando suas atividades em 01 de março de 2022, regendo-se pela legislação vigente e pelo presente Estatuto e deve a sua existência exclusivamente à vontade seus membros.

## CAPÍTULO II

### DA FINALIDADE

**Art. 3º-** A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM tem por finalidade:

- I- Promover e apoiar ações que visem a preservação, conservação, defesa e recuperação ambiental, com prioridade para os ambientes da Amazônia, em particular, do Estado do Acre;
- II- Incentivar e promover a divulgação de causas pacíficas;
- III- Assessorar técnica e juridicamente causas envolvendo questões ambientais, inclusive propor ações judiciais, através de seu departamento jurídico;
- IV- Promover ações de educação ambiental, formal e não formal, envolvendo todos os segmentos da população;
- V- Criar comitês ou comissões de acompanhamento de órgãos fiscalizadores na aplicação de legislação ambiental;
- VI- Efetuar e divulgar estudos de previsão do comportamento dos ambientes da Amazônia em função da ação antrópica e dos efeitos sinérgicos consequentes;
- VII- Elaborar e executar programas e projetos na área ambiental;
- VIII- Colaborar e interagir com entidades afins, nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;
- IX- Elaborar estudos e desenvolver projetos que visem à melhoria da qualidade de vida das populações urbanas, rurais e indígenas;
- X- Celebrar convênios, acordos e contratos com organizações e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, com vistas a atingir seus objetivos;
- XI- Estimular a criação e o aperfeiçoamento da legislação que instrumentaliza a consecução dos presentes objetivos, em todas as instâncias legislativas;
- XII- Defender interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos de hipossuficientes em geral, podendo para tal ajuizar ações civis públicas (com base na Lei nº 7.347 e suas alterações, como a Lei 13.004/2014, ou outras leis que atribuam legitimidade para tais ações coletivas) e outras judiciais, principalmente para defender os seguintes interesses:

RO  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

J. Joazeiro



- a) Direito das crianças e do adolescente, direitos estes compreendidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8078), em leis especiais e em tratados internacionais (Convenções de Direitos Humanos e OEA, etc.) e em outros preceitos de ordenamento jurídico;
- b) Defesa e promoção do direito ou interesse difuso por um meio ambiente ecologicamente equilibrado, visando à proteção do meio ambiente, a responsabilidade dos destruidores e a indenização das vítimas.

XIII- Promover e divulgar atividades de caráter técnico, científico, educativo, cultural, filantrópico, técnico agrícola, ecológico e de responsabilidade e assistência social em comunidades carentes, que vivem em situação de vulnerabilidade social;

XIV- Prestar assistência técnica e extensão rural.

XV- Promover e apoiar ações que visem o turismo e etno turismo, com prioridade para os ambientes da Amazônia, em particular, do Estado do Acre;

### CAPÍTULO III

#### DOS ASSOCIADOS

**Art. 4º-** A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM é constituída de associados que integram o seu quadro social, nas seguintes categorias:

- I- **FUNDADORES:** todas as pessoas que participarem da Assembleia Geral de fundação;
- II- **EFETIVOS:** são os associados fundadores e mais as pessoas que forem aceitas como tais, preenchidos os requisitos e procedimentos definidos no presente estatuto;  
§1º- Para se tornar Associado Efetivo é necessário participar de uma Assembleia Ordinária ou Extraordinária, sendo referendado pela mesma, e participar da execução de projetos e/ou de outras atividades da entidade durante esse período.
- III- **COLABORADORES:** são as pessoas que prestam alguma colaboração ou contribuição voluntária para a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM atingir seus objetivos.

**Art. 5º-** São direitos dos Associados Efetivos:

- I- Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- II- Votar e ser votado, quando quite com a entidade;
- III- Ser indicado para os órgãos que compõem a estrutura administrativa;
- IV- Receber as publicações e comunicações oficiais da entidade, quando quite com a mesma;
- V- Propor à Diretoria a formação de comissões para analisar questões de interesse da entidade;
- VI- Solicitar reconsiderações das decisões da Diretoria e Conselho Fiscal, em assuntos que lhe digam respeito;
- VII- Ter acesso a documentação técnica da entidade, no âmbito de sua sede;
- VIII- Sugerir e propor aos demais órgãos de direção as ações e projetos que a entidade deve desenvolver;
- IX- Participar de comissões, comitês ou grupos de trabalho, quando designado;
- X- Usufruir de todas as vantagens oferecidas pela entidade, bem como das atividades sob sua promoção.

**Art. 6º-** São deveres dos Associados Efetivos:

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699





Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial Interino  
Títulos e Assinaturas  
Pessoas e Organizações  
Cruzeiro do Sul - Acre

- I- Acatar o Estatuto, o Manual de Procedimentos da entidade e as decisões dos seus órgãos diretivos;
- II- Comparecer às reuniões e Assembleia Gerais;
- III- Fornecer à biblioteca da entidade, exemplares de trabalhos publicados, que forem apoiados ou promovidos pela mesma;
- IV- Contribuir com a anuidade definida pela Diretoria;
- V- Cumprir a legislação ambiental vigente e colaborar para o seu aprimoramento;
- VI- Comunicar as irregularidades no cumprimento da legislação ambiental às autoridades competentes;

**Art. 7º- São direitos dos Associados Colaboradores:**

- I- Sugerir e propor aos órgãos de direção as ações e projetos que a entidade deve desenvolver;
- II- Participar de eventos e outras atividades públicas promovidas pela ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM caso deseje e quando solicitado pela Secretaria Executiva, de comissões, comitês ou grupos;
- III- Receber informativo sobre as atividades da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM, caso tenham interesse.

**Art. 8º- São deveres dos Associados Colaboradores:**

- I- Acatar o Estatuto Social, o Manual de Procedimentos da entidade e as decisões dos seus órgãos diretivos;
- II- Concorrer para a realização das finalidades e dos objetivos da entidade, zelando pelo seu nome e a salvaguarda de seu patrimônio;
- III- Cumprir com a legislação ambiental vigente e colaborar para o seu aprimoramento;
- IV- Comunicar as irregularidades no cumprimento da legislação ambiental às autoridades competentes.

**Art. 9º- Poderá ser excluído, a critério da Diretoria, o associado que:**

- I- Agir em desacordo com as finalidades da entidade;
- II- Não tiver nenhum envolvimento com a entidade durante os últimos doze meses ou que deixar de honrar suas anuidades;
- III- Por vontade requerer a sua saída por escrito, expondo seus motivos a Diretoria, protocolando o seu pedido com antecedência de 30 (trinta) dias de sua efetiva saída;

**PARÁGRAFO ÚNICO-** Das decisões da Diretoria, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa, caberá recursos para a Assembleia Geral, no prazo de (30) trinta dias, de cuja decisão não caberá mais recurso.

**Art. 10-** Os associados não respondem subsidiariamente nem solidariamente pelas obrigações contraídas pela ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM perante terceiros.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO PATRIMÔNIO, RENDAS, DOTAÇÕES E PRESTAÇÕES DE CONTAS**

**Art. 11-** Constituem o patrimônio da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM:

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5899





- I- Rendas resultantes de atividades desenvolvidas;
- II- Transferência de dotação orçamentárias dos diversos órgãos da administração direta ou indireta;
- III- Contribuição proveniente de convênios, acordos, projetos, contratos com entidades nacionais, estrangeiros e internacionais;
- IV- Donativos recebidos;

**Art. 12- Constituem rendas da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM:**

- I- Aquelas oriundas dos serviços que vier a prestar;
- II- Os recursos oriundos de convênios, contratos e outros compromissos com entidades públicas, privadas e de economia mista, nacionais ou internacionais;
- III- As doações e legados que lhe forem feitos por pessoas físicas ou jurídicas;
- IV- As receitas de anuidades pagas pelos sócios;

**Art. 13-** Os bens e recursos da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM serão utilizados, exclusivamente, na consecução dos seus objetivos sociais, podendo, quando necessário, solicitar empréstimos bancários, em instituições privadas e federais, para uso exclusivo em suas atividades, e com expressa autorização da Diretoria, através de resolução e inclusão no manual de procedimentos;

**Art. 14-** Sob nenhuma forma ou título a entidade poderá distribuir entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo social.

**Art. 15-** No desenvolvimento de suas atividades, a entidade atenderá a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

**Art. 16-** A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais pelos dirigentes da entidade e seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau e ainda pelas pessoas jurídicas dos quais os mencionados anteriormente sejam controladores ou detenham mais de dez por cento das participações societárias.

**Art. 17-** A prestação de contas da instituição observará, no mínimo:

- I- Os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II- A publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débito junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
- III- A realização de auditorias, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos de Termos de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV- A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal;

**Art. 18-** O patrimônio da entidade só poderá ser permutado, onerado ou alienado com autorização expressa da Assembleia Geral.

**CAPÍTULO V**

Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

J. Joiaide



## DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

**Art. 19-** São órgãos da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM:

- I- A Assembleia Geral;
- II- Diretoria; e
- III- O Conselho Fiscal;

### SEÇÃO I

#### DA ASSEMBLEIA GERAL

**Art. 20 -** A Assembleia Geral Ordinária é o órgão de deliberação máxima da entidade tomada pela maioria dos membros presente podendo reunir-se ordinária ou extraordinariamente.

**Parágrafo Primeiro -** A Assembleia Geral, acontecerá por convocação do presidente, garantindo-se também a 1/5 dos associados quites com suas obrigações o direito de promovê-la.

**Parágrafo Segundo -** As Assembleias Gerais Ordinárias ocorrerão a cada doze meses, com a presença de 70% (setenta por cento) de seus membros em primeira convocação, em segunda com a presença de 50% dos presentes e em terceira convocação após uma hora, com qualquer número de presentes, onde se discutirão obrigatoriamente os seguintes assuntos:

- I - Manifestar-se sobre toda e qualquer matéria de interesse da entidade e da administração e funcionamento da mesma;
- II - Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal;
- III - Eleger e designar os seus representantes perante organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas;
- IV - Apreciar e votar as prestações de contas das atividades da Diretoria;
- V - Discutir e definir os planos nos campos da educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e cultural de acordo com a realidade dos associados;
- VI - Estabelecer a linha de ação e programa de trabalho entidade;
- VII - Fiscalizar a aplicação do patrimônio da entidade;
- IX - Planejar e avaliar as atividades desenvolvidas pela entidade;
- X - Definir os papéis e contribuição dos membros;
- XI - Decidir sobre contratação de pessoal e de serviços;
- XII - Resolver os casos omissos e as contradições do presente Estatuto.

**Art. 21 -** As Assembleias Gerais Extraordinárias acontecerão sempre que necessário e serão convocadas pela Diretoria e por 1/3 (um terço) de seus membros, com a presença de 70% (setenta por cento) de seus membros, em primeira convocação e em segunda convocação, após uma hora com qualquer número de presentes, que estejam no exercício de seus direitos e terão poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesses dos associados.

**Parágrafo primeiro -** É da competência da Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I - Propor reforma do Estatuto;
- II - Dissolução da diretoria;
- III - Mudanças dos membros da Diretoria;

Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

3 Joicineide



- IV - Mudanças de objetivos;
- V - Aprovação da contribuição dos associados.

**Parágrafo segundo** - Os trabalhos das Assembleias Gerais Extraordinária serão dirigidos pelo Presidente da entidade, auxiliado pelo Vice-Presidente e o Secretário.

**Art. 22** - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão convocadas também pela Diretoria ou por unanimidade do Conselho Fiscal quando julgar necessário;

**Art. 23** - As decisões das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão tomadas por 70% + 1 (setenta por cento mais um) dos votos dos membros presentes, especialmente convocada para destituição de membro da Diretoria, aprovação de contas, reforma do estatuto, dissolução da entidade e exclusão de associado, não podendo a assembleia deliberar em 1.ª convocação, sem a maioria absoluta dos associados.

**Art. 24** - As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, reunindo-se no local programado pela a coordenação da Entidade em primeira convocação, com a presença mínima de 70% (setenta por cento) dos membros, não havendo *quórum*, a Assembleia Geral se instalará automaticamente uma hora após a primeira convocação com o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos membros;

**Art. 25** - Os editais de convocação deverão ser fixados na sede da entidade e divulgados através dos meios de comunicação estadual, regional e local e devem conter dia, hora local, pauta de discussão, data e assinatura do presidente ou seus substitutos.

**Art. 26** - Constarão em atas das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e as decisões tomadas serão vinculam a todos, as assinaturas dos presentes deverão constar no livro de presença específico.

#### DA DIRETORIA

**Art. 27**- A entidade será administrada por uma Diretoria composta por 04 (quatro) membros da Diretoria executivo, instituídos nos termos deste estatuto e deverá ser eleita pela a Assembleia Geral Ordinária por voto secreto observando sempre o perfil dos indicados visando o melhor desempenho da entidade, e terá um mandato de 04 (quatro) anos, podendo seus membros ser reeleitos por mais um mandato e será composta pelos seguintes membros:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Secretário;
- V- Tesoureiro;

**Parágrafo Primeiro** - O mandato dos membros a que se refere o Art. 27º- Será extinto antes do término, nos seguintes casos:

- I - Morte;
- II - Renúncia;
- III - Ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, no período de um ano;
- IV - Procedimento incompatível com a dignidade das funções e do presente estatuto.

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5899





**Art. 28 -** A Diretoria da entidade, não tem caráter político, partidário e nem restrições por motivo de raça, cor, sexo, religião e nacionalidade.

**Art. 29-** A Diretoria poderá se reunir somente com a presença mínima de 50% (cinquenta) por cento de seus membros, lavrando-se atas das decisões tomadas;

I - O membro da Diretoria que faltar reuniões deverá justificar a sua ausência perante aos demais membros;

II - No caso de desistência ou negligência de um membro da Diretoria será de competência da Assembleia Geral promover afastamento do mesmo e, em consequência o preenchimento da vaga.

**Parágrafo Primeiro -** Os membros da diretoria deverão se reunir ordinariamente uma vez a cada trinta dias e extraordinariamente, quando necessário ou a pedido de pelo menos 10% (dez) por cento dos mesmos e as decisões tomadas deverão constar em atas e assinatura dos presentes deverá constar em livro específico de reunião da diretoria e suas decisões vincularão a todos os associados.

**Art. 30 -** Em caso de afastamento, impedimento, renúncia, perda do mandato ou falecimento de membro da diretoria, a substituição será feita segundo a seguinte ordem:

I - O Presidente da entidade será substituído pelo Vice-Presidente, observando-se, a seguir a substituição pelo Secretário-Geral e pelo Secretário de Finanças;

II - Os outros diretores serão substituídos pelos respectivos suplentes;

**Art. 31-** Em caso de vacância de algum cargo e impossibilidade do mesmo ser preenchido por recusa ou impossibilidade do suplente, caberá a Assembleia a escolha do substituto para preenchimento do cargo.

**Art. 32-** São Atribuições da Diretoria:

I - Adotar normas para a execução disciplinada dos seus serviços e das atribuições dos demais membros da Diretoria e reuni-las em Regimento Interno;

II - Encaminhar as deliberações da Diretoria, Conselho Fiscal e das Assembleias Gerais;

III - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as decisões das Assembleias Gerais e do Conselho Fiscal como também as demandas vindas dos associados;

IV - Administrar o patrimônio e organizar a previsão orçamentária e a prestação de contas;

V - Fiscalizar e participar dos serviços de todos os órgãos públicos ou privados que executarem quaisquer serviços na área de atuação da entidade;

VI - Fomentar a integração dos trabalhos realizados pelos os órgãos públicos na área de sua abrangência juntamente com os associados;

VII - Avaliar o objetivo e desempenho das ações dos diversos órgãos atuantes na área de atuação da entidade de forma eventual ou permanente juntamente com os associados;

VIII - Convocar órgãos atuantes na área da Comunidade, para reuniões periódicas ou quando julgarem necessário;

IX - Submeter ao Conselho Fiscal os Balanços, relatórios financeiros e prestação de contas da entidade;

X - Requisitar membros para tomar parte em comissões ou grupos de trabalhos constituídos para cumprir os objetivos da entidade;

XI - Admitir/demitir empregados e contratar prestação de serviços;

XII - Criar departamentos, comissões ou seções para o encaminhamento de questões específicas do interesse da entidade;

Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5899

3 de janeiro



- XIII - Deliberar sobre a convocação extraordinária de Assembleia Geral;
- XIV - Deliberar sobre questões decorrentes das suas atribuições legais e estatutárias;
- XV - Convocar suplentes da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- XVI - Prestar contas da administração financeira e patrimonial da entidade ao final de seu mandato;
- XVII - Manter intercâmbio com entidades públicas e privadas, visando à cooperação entre as entidades;
- XX - No caso de desistência ou negligência de um membro da Diretoria são de competência da Assembleia Geral o afastamento do mesmo e preenchimento da vaga.

**Art. 33 - São Atribuições dos Membros da Diretoria:**

#### **DO PRESIDENTE**

- I - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais;
- II - Representar a entidade, ativa e passivamente em juízo, dentro ou fora da área de sua abrangência, perante autoridades administrativas e judiciárias e os interesses individuais dos associados relativos às atividades ou profissão exercida;
- III - Apresentar nas Assembleias os relatórios de prestações de contas e das atividades da entidade;
- IV - Movimentar em conjunto com o tesoureiro as contas bancárias da entidade;
- V - Assinar compromissos, contratos, convênio; encaminhar projetos e realizar ajustes assumidos pela a entidade, em conjunto com o Secretário e o Tesoureiro;
- VI - Forma parceria e aliança com outras entidades afins;
- VII - Orientar no planejamento das aplicações dos recursos disponíveis;
- VIII - Avaliar com os Diretores, Conselho de Representante e Conselho Fiscal as condições para a implantação de projetos;
- IX - Indicar assessorias específicas em comum acordo com a Diretoria;
- X - Acompanhar todas as discussões no âmbito governamentais e não governamentais locais que envolva os associados, sempre lutando pelos os interesses coletivos de seus membros;
- XI - Visitar as famílias de seus associados para conhecer de perto a realidade de cada uma e fazer o estudo do diagnóstico de cada família em parceria com outras entidades a fim de implantar projetos sustentáveis na da melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

#### **DO VICE-PRESIDENTE**

- I - Substituir o Presidente nos seus impedimentos representando-o e executando todas as ações que competem ao mesmo em caso de ausência ou afastamento definitivo observando os termos assumidos pelo o Estatuto;
- II - Assessorar o Presidente nas atividades da entidade;
- III - Responsabilizar-se na ausência do presidente pelo setor de projetos na elaboração e acompanhamento dos mesmos de acordo com as demandas vindos das bases objetivando a formação de recursos humanos nas áreas de administração, contabilidade, jurídicas e técnica dentro da organização, com o objetivo de fortalecer os demais membros.

#### **DO SECRETÁRIO**

- I - Organizar as reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;
- II - Secretariar e lavrar Atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;
- III - Responsabilizar-se pelos livros, manter arquivos coordenar e programar as atividades da entidade, relativas à formação de lideranças, em cumprimento as decisões das instâncias deliberativas;

Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

J. Joacineide



Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial Interno - Interm.  
Títulos e Documentos  
Pesquisas e Documentação  
Cruzamento de Dados

- IV - Elaborar e programar um plano de formação que promova uma maior conscientização dos associados, além de promover atividades culturais diversas que estimulem o convívio e a troca de experiência entre os mesmos;
- V - Coordenar a preparação e a execução do Plano Anual de Atividades da entidade;
- VI - Articular a ação das diversas secretarias da entidade, objetivando o trabalho integrado entre as mesmas;
- VII - Acompanhar as atividades desenvolvidas nas comissões e departamentos da entidade, mantendo a diretoria informada sobre as mesmas;
- VIII - Receber as correspondências endereçadas à entidade, dando ciência das mesmas e encaminhando-as aos demais membros da diretoria;
- IX - Substituir o presidente e o vice-presidente nos termos do presente Estatuto;
- X - Cadastrar todos os membros da entidade da área de sua abrangência;
- XI - Assessorar a diretoria nas atividades que lhe competir;
- XII - Assinar em conjunto com o presidente compromissos, contratos e ajustes assumidos pela a entidade;
- XIII - Formar banco de dados sobre todas as famílias e comunidade da área de sua abrangência, a fim de ter as informações atualizadas;
- XIV - Estar atualizado e informar os associados, bem como, aos demais representantes da entidade sobre todas as atividades e os acontecimentos;
- XV - Divulgar as resoluções das instâncias nacionais, estaduais e da Entidade, acompanhando e organizando as atividades deliberadas;
- XVI - Manter contato com demais organizações simpatizantes com os serviços prestados pela associação;
- XVII - Cuidar do acervo cultural da entidade;
- XVIII - Ter agilidade nas reivindicações dos associados;

#### DO TESOUREIRO

- I - Receber e registrar em livro próprio as doações em dinheiro, pagamento das mensalidades e contribuição de taxas dos associados;
- II - Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores da entidade;
- III - Acompanhar e coordenar as políticas de finanças definidas pelas instâncias deliberativas da entidade;
- IV - Gerenciar a parte administrativa financeira da entidade assegurando o regular desenvolvimento de suas atividades internas;
- V - Acompanhar e administrar o corpo técnico, administrativo e de apoio da entidade, cumprindo e fazendo cumprir a política de pessoal estabelecida pela Diretoria;
- VI - Supervisionar os serviços contábeis da entidade;
- VII - Cuidar da compra, do patrimônio, conservação, utilização e alienação dos bens móveis da entidade;
- VIII - Coordenar e administrar financeiramente os convênios e projetos de cooperação firmados com entidades públicas e privados;
- IX - Manter em ordem o livro caixa e a contabilidade da entidade, elaborando balancetes e balanços;
- X - Assinar em conjunto com o presidente as contas bancárias e demais movimentos constitutivos de obrigações;
- XI - Depositar os valores do caixa em agência bancária, escolhida em reunião da diretoria, mantendo em caixa, pequena quantia para as despesas de expedientes;
- XII - Elaborar o relatório anual das prestações de contas a ser submetido às Assembleias Gerais;
- XIII - Elaborar os orçamentos, as prestações de contas e acompanhar a execução financeira dos projetos em andamento.

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699





Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial Interno - Insc. nº 11.111  
Títulos e Doc. - Insc. nº 11.111  
Pessoa Jurídica - Insc. nº 11.111  
Cruzado do S. Paulo

**Parágrafo Único** - Todo aumento da ordem financeira e patrimonial, será assinado pelo o presidente e pelo tesoureiro.

#### SEÇÃO IV

##### DO CONSELHO FISCAL

**Art. 34-** O conselho fiscal, órgão de fiscalização contábil e financeira, será integrado por três membros titulares e dois suplentes, eleitos pela Assembleia Geral preferencialmente seus associados efetivos, para o mandato de quatro anos e simultaneamente empossados, permitida apenas uma reeleição.

**Art. 35-** Compete ao Conselho fiscal:

I - Examinar os livros da escrituração da instituição;

II - Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para organismos superiores da entidade;

III - Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

**Parágrafo único** - O conselho fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por ano, no mês de março e extraordinariamente tantas vezes quantas forem necessárias, a critério de seu presidente que será escolhido entre os membros titulares.

**Art. 36** - Os integrantes do conselho fiscal não podem ser parentes, até o terceiro grau, dos membros do Conselho Deliberativo e da Secretaria Executiva.

#### SEÇÃO V

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Com a inclusão do Conselho Consultivo a nova disposição dos artigos no estatuto ficou assim:

#### SEÇÃO VI

##### DAS ELEIÇÕES

**Art. 37** - Os mandatos dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão coincidentes e de quatro anos.

§ 1º - A diretoria empossada na eleição anterior assumirá, imediatamente, a direção da instituição até que o trâmite de registro, no cartório, da nova diretoria eleita e agências bancárias estejam concluído.

§ 2º - O voto será direto e secreto para a eleição dos membros dos conselhos sendo permitido o voto por meio eletrônico, apenas nas circunstâncias estabelecidas no Manual de Procedimento.

§ 3º - As eleições serão convocadas com, pelo menos, trinta dias de antecedência do término dos respectivos mandatos.

Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5899

J. J. J. J. J.



§ 4º - Para o procedimento dos cargos só poderão concorrer chapas completas, inscritas conforme o regulamento das eleições.

**Art. 38** – Em caso de ausência, impedimento ou vacância de qualquer dos membros dos Conselhos, o suplente assumirá imediatamente.

**Parágrafo único** – Havendo vacância e não havendo mais suplentes, será procedida eleição para o preenchimento do cargo, no prazo de trinta dias, para término do respectivo mandato.

**Art. 39**- Os critérios e procedimentos mínimos necessários à convocação de eleição estão contidos no Manual de Procedimentos.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 40**- O exercício coincidirá com o ano civil.

**Art. 41**- É expressamente vedado o uso da razão social da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM em atos estranho aos seus objetivos sociais, em especial na prestação de avais, endossos, finanças e causas de favor.

**Art. 42**- A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM poderá ser extinta a qualquer tempo, por decisão favorável de 2/3 (dois terços) da maioria absoluta de seus associados que estejam em gozo de seus direitos, que não assegurem a sua continuidade em dois escrutínios com prazo de sete dias entre ambos, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, destinando-se o seu patrimônio e haveres à uma entidade congênere, filiada ao Conselho Nacional de Serviço Social – CND.

**Art. 43**- No caso de dissolução da instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM, nos termos do artigo 33, inciso III da Lei 9.790/99;

**Art. 44**- Na hipótese da entidade perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdeu sua qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM.

**Art. 45**- O presente Estatuto Social só poderá ser reformulado através de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim.

**Parágrafo Único** – são necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornarem válidas as deliberações de que trata este artigo.

**Art. 46**- Os casos omissos serão decididos, no que couber, pela Secretaria Executiva pelo Conselho Deliberativo ou pela Assembleia Geral.

**Art. 47**- Todas as disposições estatutárias, que se originarem na presente revisão e bem assim as demais disposições considerar-se-ão vigentes e com eficácia após a aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária e averbadas na Serventia de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

J. Joacineide



Cruzeiro do Sul/AC, 30 de agosto de 2022

Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial Interino  
Títulos Interinos  
Pessoas Jurídicas  
Cruzeiro do Sul - AC



Jefferson Oliveira Silva  
**JEFERSON OLIVEIRA SILVA**  
Presidente

Joicineide Silva de Souza  
**JOICINEIDE SILVA DE SOUZA**  
1º Secretária

Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

**ROBERTO SILVA DE OLIVEIRA**

Advogado OAB – AC

Nº 5.699

**TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS**  
TABELIÃO - REGISTRADOR - CLEBER CORRÊA  
Av. Rodrigues Alves, 60 - Sala 03 - Cruzeiro do Sul / AC - CEP 69000-000 - Fone: (68) 3322 8157 - cartorocruzeiro@gmail.com

Em 28/08/2022, reconheço por SEMELHANÇA a(s) assinatura(s) de:  
01) JEFERSON OLIVEIRA SILVA, (E) JOICINEIDE SILVA DE SOUZA  
Cruzeiro do Sul, 27 de outubro de 2022. 11:19:09. Emissão: 0,30. Pagamento: 0,40.  
Fim: 0,30. Total: 0,70. Data: 00000409AS-005 02, C 0000409AA-0CF22

Em testemunho da verdade  
OSEAS GOMES BEZERRA - Escrevente



Oseas Gomes Bezerra  
Escrevente Autorizado  
Av. Rodrigues Alves, 60  
Horizonte - Santa Rosa/04/05  
Tel: (68) 3322 8157

Sonayra Tarcia Lopes Bezerra  
Escritório  
Imóveis  
Atuação e Doutrina Jurídicas  
Cruzeiro do Sul - Acre

## ESTATUTO SOCIAL

### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, FORO, SEDE E DURAÇÃO

**Art. 1º-** A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM, também denominada AAB, é uma associação civil com personalidade jurídica de direito privado, com fins não econômicos, de âmbito nacional e internacional, apartidária, com sede e foro na Rua Rui Barbosa, nº 605, sala 03, Centro, na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, 69980-000.

**Art. 2º-** É indeterminado o prazo de duração da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM e ilimitado o número de associados, iniciando suas atividades em 01 de março de 2022, regendo-se pela legislação vigente e pelo presente Estatuto e deve a sua existência exclusivamente à vontade seus membros.



### CAPÍTULO II

#### DA FINALIDADE

**Art. 3º-** A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM tem por finalidade:

- I- Promover e apoiar ações que visem a preservação, conservação, defesa e recuperação ambiental, com prioridade para os ambientes da Amazônia, em particular, do Estado do Acre;
- II- Incentivar e promover a divulgação de causas pacíficas;
- III- Assessorar técnica e juridicamente causas envolvendo questões ambientais, inclusive propor ações judiciais, através de seu departamento jurídico;
- IV- Promover ações de educação ambiental, formal e não formal, envolvendo todos os segmentos da população;
- V- Criar comitês ou comissões de acompanhamento de órgãos fiscalizadores na aplicação de legislação ambiental;
- VI- Efetuar e divulgar estudos de previsão do comportamento dos ambientes da Amazônia em função da ação antrópica e dos efeitos sinérgicos consequentes;
- VII- Elaborar e executar programas e projetos na área ambiental;
- VIII- Colaborar e interagir com entidades afins, nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;
- IX- Elaborar estudos e desenvolver projetos que visem à melhoria da qualidade de vida das populações urbanas, rurais e indígenas;
- X- Celebrar convênios, acordos e contratos com organizações e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, com vistas a atingir seus objetivos;
- XI- Estimular a criação e o aperfeiçoamento da legislação que instrumentaliza a consecução dos presentes objetivos, em todas as instâncias legislativas;
- XII- Defender interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos de hipossuficientes em geral, podendo para tal ajuizar ações civis públicas (com base na Lei nº 7.347 e suas alterações, como a Lei.13.004/2014, ou outras leis que atribuam legitimidade para tais ações coletivas) e outras judiciais, principalmente para defender os seguintes interesses:

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699



- a) Direito das crianças e do adolescente, direitos estes compreendidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8078), em leis especiais e em tratados internacionais (Convenção de Direitos Humanos e OEA, etc.) e em outros preceitos de ordenamento jurídico;
- b) Defesa e promoção do direito ou interesse difuso por um meio ambiente ecologicamente equilibrado, visando à proteção do meio ambiente, a responsabilidade dos destruidores e a indenização das vítimas.

XIII- Promover e divulgar atividades de caráter técnico, científico, educativo, cultural, filantrópico, técnico agrícola, ecológico e de responsabilidade e assistência social em comunidades carentes, que vivem em situação de vulnerabilidade social;

XIV- Prestar assistência técnica e extensão rural.

XV- Promover e apoiar ações que visem o turismo e etno turismo, com prioridade para os ambientes da Amazônia, em particular, do Estado do Acre;

### CAPÍTULO III

#### DOS ASSOCIADOS

**Art. 4º-** A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM é constituída de associados que integram o seu quadro social, nas seguintes categorias:

- I- FUNDADORES: todas as pessoas que participarem da Assembleia Geral de fundação;
- II- EFETIVOS: são os associados fundadores e mais as pessoas que forem aceitas como tais, preenchidos os requisitos e procedimentos definidos no presente estatuto;
- §1º- Para se tornar Associado Efetivo é necessário participar de uma Assembleia Ordinária ou Extraordinária, sendo referendado pela mesma, e participar da execução de projetos e/ou de outras atividades da entidade durante esse período.
- III- COLABORADORES: são as pessoas que prestam alguma colaboração ou contribuição voluntária para a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM atingir seus objetivos.

**Art. 5º-** São direitos dos Associados Efetivos:

- I- Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- II- Votar e ser votado, quando quite com a entidade;
- III- Ser indicado para os órgãos que compõem a estrutura administrativa;
- IV- Receber as publicações e comunicações oficiais da entidade, quando quite com a mesma;
- V- Propor à Diretoria a formação de comissões para analisar questões de interesse da entidade;
- VI- Solicitar reconsiderações das decisões da Diretoria e Conselho Fiscal, em assuntos que lhe digam respeito;
- VII- Ter acesso a documentação técnica da entidade, no âmbito de sua sede;
- VIII- Sugerir e propor aos demais órgãos de direção as ações e projetos que a entidade deve desenvolver;
- IX- Participar de comissões, comitês ou grupos de trabalho, quando designado;
- X- Usufruir de todas as vantagens oferecidas pela entidade, bem como das atividades sob sua promoção.

**Art. 6º-** São deveres dos Associados Efetivos:

*RO*  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

*Sérgio Oliveira Silva*  
*Luciene B. da Silva*

*Sonayra Tarcila Bezerra*  
*Escritório Imobiliário*  
*Imóveis e Documentos*  
*do Estado do Acre*



- I- Acatar o Estatuto, o Manual de Procedimentos da entidade e as decisões dos seus diretivos;
- II- Comparecer às reuniões e Assembleia Gerais;
- III- Fornecer à biblioteca da entidade, exemplares de trabalhos publicados, que forem apoiados ou promovidos pela mesma;
- IV- Contribuir com a anuidade definida pela Diretoria;
- V- Cumprir a legislação ambiental vigente e colaborar para o seu aprimoramento;
- VI- Comunicar as irregularidades no cumprimento da legislação ambiental às autoridades competentes;

**Art. 7º-** São direitos dos Associados Colaboradores:

- I- Sugerir e propor aos órgãos de direção as ações e projetos que a entidade deve desenvolver;
- II- Participar de eventos e outras atividades públicas promovidas pela ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM caso deseje e quando solicitado pela Secretaria Executiva, de comissões, comitês ou grupos;
- III- Receber informativo sobre as atividades da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM, caso tenham interesse.

**Art. 8º-** São deveres dos Associados Colaboradores:

- I- Acatar o Estatuto Social, o Manual de Procedimentos da entidade e as decisões dos seus órgãos diretivos;
- II- Concorrer para a realização das finalidades e dos objetivos da entidade, zelando pelo seu nome e a salvaguarda de seu patrimônio;
- III- Cumprir com a legislação ambiental vigente e colaborar para o seu aprimoramento;
- IV- Comunicar as irregularidades no cumprimento da legislação ambiental às autoridades competentes.

**Art. 9º-** Poderá ser excluído, a critério da Diretoria, o associado que:

- I- Agir em desacordo com as finalidades da entidade;
- II- Não tiver nenhum envolvimento com a entidade durante os últimos doze meses ou que deixar de honrar suas anuidades;
- III- Por vontade requerer a sua saída por escrito, expondo seus motivos a Diretoria, protocolando o seu pedido com antecedência de 30 (trinta) dias de sua efetiva saída;

**PARÁGRAFO ÚNICO-** Das decisões da Diretoria, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa, caberá recursos para a Assembleia Geral, no prazo de (30) trinta dias, de cuja decisão não caberá mais recurso.


**Art. 10-** Os associados não respondem subsidiariamente nem solidariamente pelas obrigações contraídas pela ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM perante terceiros.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO PATRIMÔNIO, RENDAS, DOTAÇÕES E PRESTAÇÕES DE CONTAS**

**Art. 11-** Constituem o patrimônio da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM:

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

  
Jefferson Oliveira  
barrister lo - do. Silva



Sonayra *Sonayra*  
Marta Lopes Bezerra  
Escritor  
Imóveis  
Ativos e Passivos Jurídicos  
Cruzador do Sul

- I- Rendas resultantes de atividades desenvolvidas;
- II- Transferência de dotação orçamentárias dos diversos órgãos da administração direta ou indireta;
- III- Contribuição proveniente de convênios, acordos, projetos, contratos com entidades nacionais, estrangeiros e internacionais;
- IV- Donativos recebidos;

**Art. 12-** Constituem rendas da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM:

- I- Aquelas oriundas dos serviços que vier a prestar;
- II- Os recursos oriundos de convênios, contratos e outros compromissos com entidades públicas, privadas e de economia mista, nacionais ou internacionais;
- III- As doações e legados que lhe forem feitos por pessoas físicas ou jurídicas;
- IV- As receitas de anuidades pagas pelos sócios;

**Art. 13-** Os bens e recursos da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM serão utilizados, exclusivamente, na consecução dos seus objetivos sociais, podendo, quando necessário, solicitar empréstimos bancários, em instituições privadas e federais, para uso exclusivo em suas atividades, e com expressa autorização da Diretoria, através de resolução e inclusão no manual de procedimentos;

**Art. 14-** Sob nenhuma forma ou título a entidade poderá distribuir entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo social.

**Art. 15-** No desenvolvimento de suas atividades, a entidade atenderá a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

**Art. 16-** A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais pelos dirigentes da entidade e seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau e ainda pelas pessoas jurídicas dos quais os mencionados anteriormente sejam controladores ou detenham mais de dez por cento das participações societárias.

**Art. 17-** A prestação de contas da instituição observará, no mínimo:

- I- Os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II- A publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débito junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
- III- A realização de auditorias, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos de Termos de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV- A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal;

**Art. 18-** O patrimônio da entidade só poderá ser permutado, onerado ou alienado com autorização expressa da Assembleia Geral.

**CAPÍTULO V**

*RO*  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

*Selmon Durval Silva*  
*baileiro b. do Silva*



## DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

**Art. 19-** São órgãos da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM:

- I- A Assembleia Geral;
- II- Diretoria; e
- III- O Conselho Fiscal;

### SEÇÃO I

#### DA ASSEMBLEIA GERAL

**Art. 20 -** A Assembleia Geral Ordinária é o órgão de deliberação máxima da entidade tomada pela maioria dos membros presente podendo reunir-se ordinária ou extraordinariamente.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral, acontecerá por convocação do presidente, garantindo-se também a 1/5 dos associados quites com suas obrigações o direito de promovê-la.

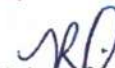
Parágrafo Segundo - As Assembleias Gerais Ordinárias ocorrerão a cada doze meses, com a presença de 70% (setenta por cento) de seus membros em primeira convocação, em segunda com a presença de 50% dos presentes e em terceira convocação após uma hora, com qualquer número de presentes, onde se discutirão obrigatoriamente os seguintes assuntos:

- I - Manifestar-se sobre toda e qualquer matéria de interesse da entidade e da administração e funcionamento da mesma;
- II - Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal;
- III - Eleger e designar os seus representantes perante organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas;
- IV - Apreciar e votar as prestações de contas das atividades da Diretoria;
- V - Discutir e definir os planos nos campos da educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e cultural de acordo com a realidade dos associados;
- VI - Estabelecer a linha de ação e programa de trabalho entidade;
- VII - Fiscalizar a aplicação do patrimônio da entidade;
- IX - Planejar e avaliar as atividades desenvolvidas pela entidade;
- X - Definir os papéis e contribuição dos membros;
- XI - Decidir sobre contratação de pessoal e de serviços;
- XII - Resolver os casos omissos e as contradições do presente Estatuto.

**Art. 21 -** As Assembleias Gerais Extraordinárias acontecerão sempre que necessário e serão convocadas pela Diretoria e por 1/3 (um terço) de seus membros, com a presença de 70% (setenta por cento) de seus membros, em primeira convocação e em segunda convocação, após uma hora com qualquer número de presentes, que estejam no exercício de seus direitos e terão poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesses dos associados.

Parágrafo primeiro - É da competência da Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I - Propor reforma do Estatuto;
- II - Dissolução da diretoria;
- III - Mudanças dos membros da Diretoria;

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699





  
Carolina Jarcia Lopes Bezerra  
Escritório  
Imóveis  
Belo Horizonte - Minas Gerais  
CNPJ nº 06.908.111/0001-88



- IV - Mudanças de objetivos;  
V - Aprovação da contribuição dos associados.

Conyza Tarcísia Lopes Bezerra  
Escritório Imobiliário  
Cadastrado a 10/01/2003, Matrícula  
Cadastral nº 10.000.000

Parágrafo segundo - Os trabalhos das Assembleias Gerais Extraordinária serão dirigidos pelo Presidente da entidade, auxiliado pelo Vice-Presidente e o Secretário.

**Art. 22** - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão convocadas também pela Diretoria ou por unanimidade do Conselho Fiscal quando julgar necessário;

**Art. 23** - As decisões das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão tomadas por 70% + 1 (setenta por cento mais um) dos votos dos membros presentes, especialmente convocada para destituição de membro da Diretoria, aprovação de contas, reforma do estatuto, dissolução da entidade e exclusão de associado, não podendo a assembleia deliberar em 1.ª convocação, sem a maioria absoluta dos associados.

**Art. 24** - As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, reunindo-se no local programado pela a coordenação da Entidade em primeira convocação, com a presença mínima de 70% (setenta por cento) dos membros, não havendo *quórum*, a Assembleia Geral se instalará automaticamente uma hora após a primeira convocação com o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos membros;

**Art. 25** - Os editais de convocação deverão ser fixados na sede da entidade e divulgados através dos meios de comunicação estadual, regional e local e devem conter dia, hora local, pauta de discussão, data e assinatura do presidente ou seus substitutos.

**Art. 26** - Constarão em atas das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e as decisões tomadas serão vinculam a todos, as assinaturas dos presentes deverão constar no livro de presença específico.

## DA DIRETORIA

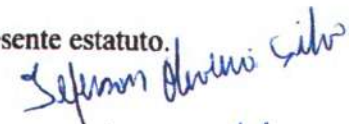
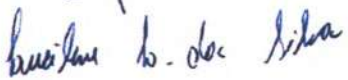
**Art. 27** - A entidade será administrada por uma Diretoria composta por 04 (quatro) membros da Diretoria executivo, instituídos nos termos deste estatuto e deverá ser eleita pela a Assembleia Geral Ordinária por voto secreto observando sempre o perfil dos indicados visando o melhor desempenho da entidade, e terá um mandato de 04 (quatro) anos, podendo seus membros ser reeleitos por mais um mandato e será composta pelos seguintes membros:

- I - Presidente;  
II - Vice-Presidente;  
III - Secretário;  
V- Tesoureiro;

Parágrafo Primeiro - O mandato dos membros a que se refere o Art. 27º- Será extinto antes do término, nos seguintes casos:

- I - Morte;  
II - Renúncia;  
III - Ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, no período de um ano;  
IV - Procedimento incompatível com a dignidade das funções e do presente estatuto.

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

  
Seferson Oliveira Silva  
  
Luciano L. de Silva



*Sandra Tarcia Lopes Bezerra*  
Escritório Imobiliário  
Atuação e Doc. Pessoas Jurídicas  
CNPJ nº 08.111.111/0001-00

**Art. 28** - A Diretoria da entidade, não tem caráter político, partidário e nem restrições por motivo de raça, cor, sexo, religião e nacionalidade.

**Art. 29**- A Diretoria poderá se reunir somente com a presença mínima de 50% (cinquenta) por cento de seus membros, lavrando-se atas das decisões tomadas;

I - O membro da Diretoria que faltar reuniões deverá justificar a sua ausência perante aos demais membros;

II - No caso de desistência ou negligência de um membro da Diretoria será de competência da Assembleia Geral promover afastamento do mesmo e, em consequência o preenchimento da vaga.

Parágrafo Primeiro - Os membros da diretoria deverão se reunir ordinariamente uma vez a cada trinta dias e extraordinariamente, quando necessário ou a pedido de pelo menos 10% (dez) por cento dos mesmos e as decisões tomadas deverão constar em atas e assinatura dos presentes deverá constar em livro específico de reunião da diretoria e suas decisões vincularão a todos os associados.

**Art. 30** - Em caso de afastamento, impedimento, renúncia, perda do mandato ou falecimento de membro da diretoria, a substituição será feita segundo a seguinte ordem:

I - O Presidente da entidade será substituído pelo Vice-Presidente, observando-se, a seguir a substituição pelo Secretário-Geral e pelo Secretário de Finanças;

II - Os outros diretores serão substituídos pelos respectivos suplentes;

**Art. 31**- Em caso de vacância de algum cargo e impossibilidade do mesmo ser preenchido por recusa ou impossibilidade do suplente, caberá a Assembleia a escolha do substituto para preenchimento do cargo.

**Art. 32**- São Atribuições da Diretoria:

I - Adotar normas para a execução disciplinada dos seus serviços e das atribuições dos demais membros da Diretoria e reuni-las em Regimento Interno;

II - Encaminhar as deliberações da Diretoria, Conselho Fiscal e das Assembleias Gerais;

III - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as decisões das Assembleias Gerais e do Conselho Fiscal como também as demandas vindas dos associados;

IV - Administrar o patrimônio e organizar a previsão orçamentária e a prestação de contas;

V - Fiscalizar e participar dos serviços de todos os órgãos públicos ou privados que executarem quaisquer serviços na área de atuação da entidade;

VI - Fomentar a integração dos trabalhos realizados pelos os órgãos públicos na área de sua abrangência juntamente com os associados;

VII - Avaliar o objetivo e desempenho das ações dos diversos órgãos atuantes na área de atuação da entidade de forma eventual ou permanente juntamente com os associados;

VIII - Convocar órgãos atuantes na área da Comunidade, para reuniões periódicas ou quando julgarem necessário;

IX - Submeter ao Conselho Fiscal os Balanços, relatórios financeiros e prestação de contas da entidade;

X - Requisitar membros para tomar parte em comissões ou grupos de trabalhos constituídos para cumprir os objetivos da entidade;

XI - Admitir/demitir empregados e contratar prestação de serviços;

XII - Criar departamentos, comissões ou seções para o encaminhamento de questões específicas do interesse da entidade;

*Dr. Roberto Oliveira*  
Advogado  
OAB/AC 5699

*Silviana Oliveira Silva*  
*Luciana L. de Silva*



- XIII - Deliberar sobre a convocação extraordinária de Assembleia Geral;  
XIV - Deliberar sobre questões decorrentes das suas atribuições legais e estatutárias;  
XV - Convocar suplentes da Diretoria e do Conselho Fiscal;  
XVI - Prestar contas da administração financeira e patrimonial da entidade ao final de seu mandato;  
XVII - Manter intercâmbio com entidades públicas e privadas, visando à cooperação entre as entidades;  
XX - No caso de desistência ou negligência de um membro da Diretoria são de competência da Assembleia Geral o afastamento do mesmo e preenchimento da vaga.

Sonayra Tarcísia Lopes Bezerra  
Escritorinha  
Imóveis  
Cruzador do Sul - A/C

**Art. 33 - São Atribuições dos Membros da Diretoria:**

### **DO PRESIDENTE**

- I - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais;  
II - Representar a entidade, ativa e passivamente em juízo, dentro ou fora da área de sua abrangência, perante autoridades administrativas e judiciárias e os interesses individuais dos associados relativos às atividades ou profissão exercida;  
III - Apresentar nas Assembleias os relatórios de prestações de contas e das atividades da entidade;  
IV - Movimentar em conjunto com o tesoureiro as contas bancárias da entidade;  
V - Assinar compromissos, contratos, convênio; encaminhar projetos e realizar ajustes assumidos pela entidade, em conjunto com o Secretário e o Tesoureiro;  
VI - Forma parceria e aliança com outras entidades afins;  
VII - Orientar no planejamento das aplicações dos recursos disponíveis;  
VIII - Avaliar com os Diretores, Conselho de Representante e Conselho Fiscal as condições para a implantação de projetos;  
IX - Indicar assessorias específicas em comum acordo com a Diretoria;  
X - Acompanhar todas as discussões no âmbito governamentais e não governamentais locais que envolva os associados, sempre lutando pelos os interesses coletivos de seus membros;  
XI - Visitar as famílias de seus associados para conhecer de perto a realidade de cada uma e fazer o estudo do diagnóstico de cada família em parceria com outras entidades a fim de implantar projetos sustentáveis na da melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

### **DO VICE-PRESIDENTE**

- I - Substituir o Presidente nos seus impedimentos representando-o e executando todas as ações que competem ao mesmo em caso de ausência ou afastamento definitivo observando os termos assumidos pelo o Estatuto;  
II - Assessorar o Presidente nas atividades da entidade;  
III - Responsabilizar-se na ausência do presidente pelo setor de projetos na elaboração e acompanhamento dos mesmos de acordo com as demandas vindos das bases objetivando a formação de recursos humanos nas áreas de administração, contabilidade, jurídicas e técnica dentro da organização, com o objetivo de fortalecer os demais membros.

### **DO SECRETÁRIO**

- I - Organizar as reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;  
II - Secretariar e lavrar Atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;  
III - Responsabilizar-se pelos livros, manter arquivos coordenar e programar as atividades da entidade, relativas à formação de lideranças, em cumprimento as decisões das instâncias deliberativas;

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699


Silviana Oliveira Silva  
bucilhe b. da Silva




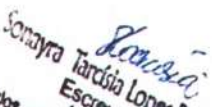
- IV - Elaborar e programar um plano de formação que promova uma maior conscientização dos associados, além de promover atividades culturais diversas que estimulem o convívio e a troca de experiência entre os mesmos;
- V - Coordenar a preparação e a execução do Plano Anual de Atividades da entidade;
- VI - Articular a ação das diversas secretarias da entidade, objetivando o trabalho integrado entre as mesmas;
- VII - Acompanhar as atividades desenvolvidas nas comissões e departamentos da entidade, mantendo a diretoria informada sobre as mesmas;
- VIII - Receber as correspondências endereçadas à entidade, dando ciência das mesmas e encaminhando-as aos demais membros da diretoria;
- IX - Substituir o presidente e o vice-presidente nos termos do presente Estatuto;
- X - Cadastrar todos os membros da entidade da área de sua abrangência;
- XI - Assessorar a diretoria nas atividades que lhe competir;
- XII - Assinar em conjunto com o presidente compromissos, contratos e ajustes assumidos pela a entidade;
- XIII - Formar banco de dados sobre todas as famílias e comunidade da área de sua abrangência, a fim de ter as informações atualizadas;
- XIV - Estar atualizado e informar os associados, bem como, aos demais representantes da entidade sobre todas as atividades e os acontecimentos;
- XV - Divulgar as resoluções das instâncias nacionais, estaduais e da Entidade, acompanhando e organizando as atividades deliberadas;
- XVI - Manter contato com demais organizações simpatizantes com os serviços prestados pela associação;
- XVII - Cuidar do acervo cultural da entidade;
- XVIII - Ter agilidade nas reivindicações dos associados;

#### DO TESOUREIRO

- I - Receber e registrar em livro próprio as doações em dinheiro, pagamento das mensalidades e contribuição de taxas dos associados;
- II - Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores da entidade;
- III - Acompanhar e coordenar as políticas de finanças definidas pelas instâncias deliberativas da entidade;
- IV - Gerenciar a parte administrativa financeira da entidade assegurando o regular desenvolvimento de suas atividades internas;
- V - Acompanhar e administrar o corpo técnico, administrativo e de apoio da entidade, cumprindo e fazendo cumprir a política de pessoal estabelecida pela Diretoria;
- VI - Supervisionar os serviços contábeis da entidade;
- VII - Cuidar da compra, do patrimônio, conservação, utilização e alienação dos bens móveis da entidade;
- VIII - Coordenar e administrar financeiramente os convênios e projetos de cooperação firmados com entidades públicas e privados;
- IX - Manter em ordem o livro caixa e a contabilidade da entidade, elaborando balancetes e balanços;
- X - Assinar em conjunto com o presidente as contas bancárias e demais movimentos constitutivos de obrigações;
- XI - Depositar os valores do caixa em agência bancária, escolhida em reunião da diretoria, mantendo em caixa, pequena quantia para as despesas de expedientes;
- XII - Elaborar o relatório anual das prestações de contas a ser submetido às Assembleias Gerais;
- XIII - Elaborar os orçamentos, as prestações de contas e acompanhar a execução financeira dos projetos em andamento.

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

  
Superior Tribunal  
Juiz de Direito

  
Sonayra Tarcia Lopes Bezerra  
Escritor Imobiliário  
Tribunal de Registro de Imóveis  
Cruz das Almas - RJ



Sonayra Tardávia Lopes Bezerra  
Escritório  
Imóveis  
Cruzamento do Sul - RJ

Parágrafo Único - Todo aumento da ordem financeira e patrimonial, será assinado pelo o presidente e pelo tesoureiro.

#### SEÇÃO IV

##### DO CONSELHO FISCAL

**Art. 34-** O conselho fiscal, órgão de fiscalização contábil e financeira, será integrado por três membros titulares e dois suplentes, eleitos pela Assembleia Geral preferencialmente seus associados efetivos, para o mandato de quatro anos e simultaneamente empossados, permitida apenas uma reeleição.

**Art. 35-** Compete ao Conselho fiscal:

- I - Examinar os livros da escrituração da instituição;
- II - Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para organismos superiores da entidade;
- III - Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

Parágrafo único - O conselho fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por ano, no mês de março e extraordinariamente tantas vezes quantas forem necessárias, a critério de seu presidente que será escolhido entre os membros titulares.

**Art. 36 -** Os integrantes do conselho fiscal não podem ser parentes, até o terceiro grau, dos membros do Conselho Deliberativo e da Secretaria Executiva.

#### SEÇÃO V

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Com a inclusão do Conselho Consultivo a nova disposição dos artigos no estatuto ficou assim:

#### SEÇÃO VI

##### DAS ELEIÇÕES

**Art. 37 -** Os mandatos dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão coincidentes e de quatro anos.

§ 1º - A diretoria empossada na eleição anterior assumirá, imediatamente, a direção da instituição até que o trâmite de registro, no cartório, da nova diretoria eleita e agências bancárias estejam concluído.

§ 2º - O voto será direto e secreto para a eleição dos membros dos conselhos sendo permitido o voto por meio eletrônico, apenas nas circunstâncias estabelecidas no Manual de Procedimento.

§ 3º - As eleições serão convocadas com, pelo menos, trinta dias de antecedência do término dos respectivos mandatos.

Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/RJ 5699

Silvion Oliveira Silva  
Luciane B. da Silva

§ 4º - Para o procedimento dos cargos só poderão concorrer chapas completas, inscritas conforme o regulamento das eleições.

**Art. 38** – Em caso de ausência, impedimento ou vacância de qualquer dos membros dos Conselhos, o suplente assumirá imediatamente.

Parágrafo único – Havendo vacância e não havendo mais suplentes, será procedida eleição para o preenchimento do cargo, no prazo de trinta dias, para término do respectivo mandato.

**Art. 39**- Os critérios e procedimentos mínimos necessários à convocação de eleição estão contidos no Manual de Procedimentos.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 40**- O exercício coincidirá com o ano civil.

**Art. 41**- É expressamente vedado o uso da razão social da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM em atos estranho aos seus objetivos sociais, em especial na prestação de avais, endossos, finanças e causas de favor.

**Art. 42**- A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM poderá ser extinta a qualquer tempo, por decisão favorável de 2/3 (dois terços) da maioria absoluta de seus associados que estejam em gozo de seus direitos, que não assegurem a sua continuidade em dois escrutínios com prazo de sete dias entre ambos, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, destinando-se o seu patrimônio e haveres à uma entidade congênere, filiada ao Conselho Nacional de Serviço Social – CND.

**Art. 43**- No caso de dissolução da instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM, nos termos do artigo 33, inciso III da Lei 9.790/99;


**Art. 44**- Na hipótese da entidade perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou sua qualificação, será transferido a outra pessoas jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM.

**Art. 45**- O presente Estatuto Social só poderá ser reformulado através de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim.

Parágrafo Único – são necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornarem válidas as deliberações de que trata este artigo.

**Art. 46**- Os casos omissos serão decididos, no que couber, pela Secretaria Executiva pelo Conselho Deliberativo ou pela Assembleia Geral.

**Art. 47**- Todas as disposições estatutárias, que se originarem na presente revisão e bem assim as demais disposições considerar-se-ão vigentes e com eficácia após a aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária e averbadas na Serventia de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

*Suplente Diretoria Geral*  
*Luiz B. da Silva*

*Conyra Tarcia Lopes Bezerra*  
*Escritor Imóveis*  
*Matr. e Des. de Propriedade Imobiliária*



Cruzeiro do Sul/AC, 25 de abril de 2023

Sonayra Tarcísia Lopes Bezerra  
Escritor  
Imóveis  
OAB/AC 5699

TABELIONATO  
CRUZEIRO DO SUL-AC

Jeferson Oliveira Silva

**JEFERSON OLIVEIRA SILVA**  
Presidente

Lucilene L. da Silva

**LUCILENE LOPES DA SILVA**  
1ª Secretária

Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

**ROBERTO SILVA DE OLIVEIRA**

Advogado OAB – AC

Nº 5.699



(2098761626311) 1 - Reconheço por  
SEMELHANÇA as assinaturas de: JEFERSON  
OLIVEIRA DA SILVA, LUCILENE LOPES DA  
SILVA  
CRUZEIRO DO SUL, 22 de novembro de 2023,  
14:45:50. Emol.: R\$ 7,30 Façom R\$ 0,44, Funda R\$  
0,06 Total R\$ 8,60 Selo: C000054E7A - Chave:  
CF93E, Selo: C000054E75 - Chave: 72763  
Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade  
OSEAS GOMES BEZERRA (Escritor)



Oseas Gomes Bezerra  
Escritor Autorizado  
Av. Rodrigues Alves, 60  
Instituição Genes Sul 03/04/85  
Tel. 1 - 3392-0157





**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE CRUZEIRO DO SUL - AC**  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial  
Avenida Boulevard Thaumaturgo nº 795 | Centro | 1º piso | Sala 79 | Condições Shopping | Cruzeiro do Sul - AC  
Tel. (68) 3322-7955 | E-mail: atendimento@cartorioac.com

**PESSOAS JURÍDICAS - LIVRO A - 97, 120/131**  
Alteração Estatutária, protocolizado e digitalizado sob o nº 7038 e Registrado sob o nº 5970, referente ao Estatuto da Associação Amigos do Bem - CNPJ: 40328.678/0001-00 que encontra-se no Livro A-93, fls. 53/ 85 Dou fe. Cruzeiro do Sul - AC, 29/14/2023.

Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial Integryma

*Sonayra*  
**Sonayra Tarcísia Lopes Bezerra**  
Escritor  
Imóveis  
Títulos e Docs/Pessoas Jurídicas  
Cruzeiro do Sul - AC



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE CRUZEIRO DO SUL - AC**  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial  
Avenida Boulevard Thaumaturgo nº 795 | Centro | 1º piso | Sala 79 | Condições Shopping | Cruzeiro do Sul - AC  
Tel. (68) 3322-7955 | E-mail: atendimento@cartorioac.com

*Sonayra*  
**Sonayra Tarcísia Lopes Bezerra**  
Escritor  
Imóveis  
Títulos e Docs/Pessoas Jurídicas  
Cruzeiro do Sul - AC

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
C1 - OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Belo: C100000708 - Chave: 83418 443  
Data: 26/11/2023 08:34:33  
Escritor: Tarcísia Lopes Bezerra  
Valor Total: R\$ 87,80  
Facom: R\$ 4,14 - Funaj: R\$ 8,70  
Credite e pague: pelo qto que jul. br



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE CRUZEIRO DO SUL - AC**  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial  
Avenida Boulevard Thaumaturgo nº 795 | Centro | 1º piso | Sala 79 | Condições Shopping | Cruzeiro do Sul - AC  
Tel. (68) 3322-7955 | E-mail: atendimento@cartorioac.com

*Sonayra*  
**Sonayra Tarcísia Lopes Bezerra**  
Escritor  
Imóveis  
Títulos e Docs/Pessoas Jurídicas  
Cruzeiro do Sul - AC

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
C1 - OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Belo: C100000707 - Chave: 83418 482  
Data: 26/11/2023 08:34:32  
Escritor: Tarcísia Lopes Bezerra  
Valor Total: R\$ 47,80  
Facom: R\$ 2,37 - Funaj: R\$ 4,75  
Credite e pague: pelo qto que jul. br



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE CRUZEIRO DO SUL - AC**  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial  
Avenida Boulevard Thaumaturgo nº 795 | Centro | 1º piso | Sala 79 | Condições Shopping | Cruzeiro do Sul - AC  
Tel. (68) 3322-7955 | E-mail: atendimento@cartorioac.com

*Sonayra*  
**Sonayra Tarcísia Lopes Bezerra**  
Escritor  
Imóveis  
Títulos e Docs/Pessoas Jurídicas  
Cruzeiro do Sul - AC

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
C1 - OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Belo: C100000706 - Chave: D110A 808  
Data: 26/11/2023 08:34:31  
Escritor: Tarcísia Lopes Bezerra  
Valor Total: R\$ 82,80  
Facom: R\$ 2,82 - Funaj: R\$ 5,26  
Credite e pague: pelo qto que jul. br



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE CRUZEIRO DO SUL - AC**  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial  
Avenida Boulevard Thaumaturgo nº 795 | Centro | 1º piso | Sala 79 | Condições Shopping | Cruzeiro do Sul - AC  
Tel. (68) 3322-7955 | E-mail: atendimento@cartorioac.com

*Sonayra*  
**Sonayra Tarcísia Lopes Bezerra**  
Escritor  
Imóveis  
Títulos e Docs/Pessoas Jurídicas  
Cruzeiro do Sul - AC

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
C1 - OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Belo: C100000709 - Chave: 6F282 4C1  
Data: 26/11/2023 08:34:30  
Escritor: Tarcísia Lopes Bezerra  
Valor Total: R\$ 119,70  
Facom: R\$ 5,80 - Funaj: R\$ 11,17  
Credite e pague: pelo qto que jul. br





## ESTATUTO SOCIAL

Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial Interno - Inova 3  
Títulos e Docs/  
Pessoas Jurídicas  
Cruzeiro do Sul - AC

### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, FORO, SEDE E DURAÇÃO

**Art. 1º-** A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM, também denominada AAB, é uma associação civil com personalidade jurídica de direito privado, com fins não econômicos, de âmbito nacional e internacional, apartidária, com sede e foro na Rua Rui Barbosa, nº 605, sala 03, Centro, na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, 69980-000.

**Art. 2º-** É indeterminado o prazo de duração da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM e ilimitado o número de associados, iniciando suas atividades em 01 de março de 2022, regendo-se pela legislação vigente e pelo presente Estatuto e deve a sua existência exclusivamente à vontade seus membros.

Parágrafo único. Objetivo Social da Associação:

Atividades associativas;

Atividades de associações de defesa de direitos sociais;

### CAPÍTULO II

#### DA FINALIDADE

**Art. 3º-** A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM tem por finalidade:

- I- Promover e apoiar ações que visem a preservação, conservação, defesa e recuperação ambiental, com prioridade para os ambientes da Amazônia, em particular, do Estado do Acre;
- II- Incentivar e promover a divulgação de causas pacíficas;
- III- Assessorar técnica e juridicamente causas envolvendo questões ambientais, inclusive propor ações judiciais, através de seu departamento jurídico;
- IV- Promover ações de educação ambiental, formal e não formal, envolvendo todos os segmentos da população;
- V- Criar comitês ou comissões de acompanhamento de órgãos fiscalizadores na aplicação de legislação ambiental;
- VI- Efetuar e divulgar estudos de previsão do comportamento dos ambientes da Amazônia em função da ação antrópica e dos efeitos sinérgicos consequentes;
- VII- Elaborar e executar programas e projetos na área ambiental;
- VIII- Colaborar e interagir com entidades afins, nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;
- IX- Elaborar estudos e desenvolver projetos que visem à melhoria da qualidade de vida das populações urbanas, rurais e indígenas;
- X- Celebrar convênios, acordos e contratos com organizações e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, com vistas a atingir seus objetivos;
- XI- Estimular a criação e o aperfeiçoamento da legislação que instrumentaliza a consecução dos presentes objetivos, em todas as instâncias legislativas;

Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

Selmon Oliveira - Silva

12/



XII- Defender interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos de hipossuficientes em geral, podendo para tal ajuizar ações civis públicas (com base na Lei nº 7.347 e suas alterações, como a Lei.13.004/2014, ou outras leis que atribuam legitimidade para tais ações coletivas) e outras judiciais, principalmente para defender os seguintes interesses:

- a) Direito das crianças e do adolescente, direitos estes compreendidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8078), em leis especiais e em tratados internacionais (Convenção de Direitos Humanos e OEA, etc.) e em outros preceitos de ordenamento jurídico;
- b) Defesa e promoção do direito ou interesse difuso por um meio ambiente ecologicamente equilibrado, visando à proteção do meio ambiente, a responsabilidade dos destruidores e a indenização das vítimas.

XIII- Promover e divulgar atividades de caráter técnico, científico, educativo, cultural, filantrópico, técnico agrícola, ecológico e de responsabilidade e assistência social em comunidades carentes, que vivem em situação de vulnerabilidade social;

XIV- Prestar assistência técnica e extensão rural.

XV- Promover e apoiar ações que visem o turismo e etno turismo, com prioridade para os ambientes da Amazônia, em particular, do Estado do Acre;

XVI- Promover a elevação da qualidade de vida humana por meio de assistência e atendimento à população na área da saúde, incluindo a promoção de atividades científicas, culturais, educacionais e literárias nas áreas de saúde, meio-ambiente, cidadania e desenvolvimento sócio-econômico de comunidades no Brasil;

XVII- Promover a prestação de serviços na área da saúde, garantindo a universalidade dos atendimentos;

Parágrafo único. A Associação desenvolverá as seguintes atividades discriminadas nos CNAE's: 8630-5/03; 8630-5/02; 8640-2/05; 8640-2/07; 0230-6/00; 9430-8/00; 8412-4/00; 7990-2/00; 8230-0.

### CAPÍTULO III


#### DOS ASSOCIADOS

**Art. 4º-** A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM é constituída de associados que integram o seu quadro social, nas seguintes categorias:

- I- **FUNDADORES:** todas as pessoas que participarem da Assembleia Geral de fundação;
- II- **EFETIVOS:** são os associados fundadores e mais as pessoas que forem aceitas como tais, preenchidos os requisitos e procedimentos definidos no presente estatuto;  
§1º- Para se tornar Associado Efetivo é necessário participar de uma Assembleia Ordinária ou Extraordinária, sendo referendado pela mesma, e participar da execução de projetos e/ou de outras atividades da entidade durante esse período.
- III- **COLABORADORES:** são as pessoas que prestam alguma colaboração ou contribuição voluntária para a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM atingir seus objetivos.

**Art. 5º-** São direitos dos Associados Efetivos:

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

  
Selman Almeida: Adv.



- I- Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- II- Votar e ser votado, quando quite com a entidade;
- III- Ser indicado para os órgãos que compõem a estrutura administrativa;
- IV- Receber as publicações e comunicações oficiais da entidade, quando quite com a mesma;
- V- Propor à Diretoria a formação de comissões para analisar questões de interesse da entidade;
- VI- Solicitar reconsiderações das decisões da Diretoria e Conselho Fiscal, em assuntos que lhe digam respeito;
- VII- Ter acesso a documentação técnica da entidade, no âmbito de sua sede;
- VIII- Sugerir e propor aos demais órgãos de direção as ações e projetos que a entidade deve desenvolver;
- IX- Participar de comissões, comitês ou grupos de trabalho, quando designado;
- X- Usufruir de todas as vantagens oferecidas pela entidade, bem como das atividades sob sua promoção.

Jonathas Ribeiro da Silva  
 Oficial Interno - Imóveis,  
 Títulos e Documentos  
 Pessoas e Jurisdição  
 Cruzeiro do Sul - JAC

**Art. 6º- São deveres dos Associados Efetivos:**

- I- Acatar o Estatuto, o Manual de Procedimentos da entidade e as decisões dos seus órgãos diretivos;
- II- Comparecer às reuniões e Assembleia Gerais;
- III- Fornecer à biblioteca da entidade, exemplares de trabalhos publicados, que forem apoiados ou promovidos pela mesma;
- IV- Contribuir com a anuidade definida pela Diretoria;
- V- Cumprir a legislação ambiental vigente e colaborar para o seu aprimoramento;
- VI- Comunicar as irregularidades no cumprimento da legislação ambiental às autoridades competentes;

**Art. 7º- São direitos dos Associados Colaboradores:**

- I- Sugerir e propor aos órgãos de direção as ações e projetos que a entidade deve desenvolver;
- II- Participar de eventos e outras atividades públicas promovidas pela ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM caso deseje e quando solicitado pela Secretaria Executiva, de comissões, comitês ou grupos;
- III- Receber informativo sobre as atividades da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM, caso tenham interesse.

**Art. 8º- São deveres dos Associados Colaboradores:**

- I- Acatar o Estatuto Social, o Manual de Procedimentos da entidade e as decisões dos seus órgãos diretivos;
- II- Concorrer para a realização das finalidades e dos objetivos da entidade, zelando pelo seu nome e a salvaguarda de seu patrimônio;
- III- Cumprir com a legislação ambiental vigente e colaborar para o seu aprimoramento;
- IV- Comunicar as irregularidades no cumprimento da legislação ambiental às autoridades competentes.

**Art. 9º- Poderá ser excluído, a critério da Diretoria, o associado que:**

- I- Agir em desacordo com as finalidades da entidade;
- II- Não tiver nenhum envolvimento com a entidade durante os últimos doze meses ou que deixar de honrar suas anuidades;

Dr. Roberto Oliveira  
 Advogado  
 OAB/AC 5699

Selma Oliveira Silva



III- Por vontade requerer a sua saída por escrito, expondo seus motivos a Diretoria, protocolando o seu pedido com antecedência de 30 (trinta) dias de sua efetiva saída;

PARÁGRAFO ÚNICO- Das decisões da Diretoria, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa, caberá recursos para a Assembleia Geral, no prazo de (30) trinta dias, de cuja decisão não caberá mais recurso.

Art. 10- Os associados não respondem subsidiariamente nem solidariamente pelas obrigações contraídas pela ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM perante terceiros.

## CAPÍTULO IV

### DO PATRIMÔNIO, RENDAS, DOTAÇÕES E PRESTAÇÕES DE CONTAS

Art. 11- Constituem o patrimônio da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM:

- I- Rendas resultantes de atividades desenvolvidas;
- II- Transferência de dotação orçamentárias dos diversos órgãos da administração direta ou indireta;
- III- Contribuição proveniente de convênios, acordos, projetos, contratos com entidades nacionais, estrangeiros e internacionais;
- IV- Donativos recebidos;

Art. 12- Constituem rendas da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM:

- I- Aquelas oriundas dos serviços que vier a prestar;
- II- Os recursos oriundos de convênios, contratos e outros compromissos com entidades públicas, privadas e de economia mista, nacionais ou internacionais;
- III- As doações e legados que lhe forem feitos por pessoas físicas ou jurídicas;
- IV- As receitas de anuidades pagas pelos sócios;

Art. 13- Os bens e recursos da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM serão utilizados, exclusivamente, na consecução dos seus objetivos sociais, podendo, quando necessário, solicitar empréstimos bancários, em instituições privadas e federais, para uso exclusivo em suas atividades, e com expressa autorização da Diretoria, através de resolução e inclusão no manual de procedimentos;

Art. 14- Sob nenhuma forma ou título a entidade poderá distribuir entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 15- No desenvolvimento de suas atividades, a entidade atenderá a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

Art. 16- A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais pelos dirigentes da entidade e seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau e ainda pelas pessoas jurídicas dos quais os mencionados anteriormente sejam controladores ou detenham mais de dez por cento das participações societárias.

Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

Silvan Oliveira Silva

me



**Art. 17-** A prestação de contas da instituição observará, no mínimo:

- I- Os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II- A publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débito junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
- III- A realização de auditorias, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos de Termos de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV- A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal;

**Art. 18-** O patrimônio da entidade só poderá ser permutado, onerado ou alienado com autorização expressa da Assembleia Geral.

## **CAPÍTULO V**

### **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

**Art. 19-** São órgãos da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM:

- I- A Assembleia Geral;
- II- Diretoria; e
- III- O Conselho Fiscal;

## **SEÇÃO I**

### **DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Art. 20 -** A Assembleia Geral Ordinária é o órgão de deliberação máxima da entidade tomada pela maioria dos membros presente podendo reunir-se ordinária ou extraordinariamente.

**Parágrafo Primeiro -** A Assembleia Geral, acontecerá por convocação do presidente, garantindo-se também a 1/5 dos associados quites com suas obrigações o direito de promovê-la.

**Parágrafo Segundo -** As Assembleias Gerais Ordinárias ocorrerão a cada doze meses, com a presença de 70% (setenta por cento) de seus membros em primeira convocação, em segunda com a presença de 50% dos presentes e em terceira convocação após uma hora, com qualquer número de presentes, onde se discutirão obrigatoriamente os seguintes assuntos:

- I - Manifestar-se sobre toda e qualquer matéria de interesse da entidade e da administração e funcionamento da mesma;
- II - Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal;
- III - Eleger e designar os seus representantes perante organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas;
- IV - Apreciar e votar as prestações de contas das atividades da Diretoria;
- V - Discutir e definir os planos nos campos da educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e cultural de acordo com a realidade dos associados;
- VI - Estabelecer a linha de ação e programa de trabalho entidade;
- VII - Fiscalizar a aplicação do patrimônio da entidade;
- IX - Planejar e avaliar as atividades desenvolvidas pela entidade;

Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

Silvion Oliveira: Silva



- X - Definir os papéis e contribuição dos membros;  
XI - Decidir sobre contratação de pessoal e de serviços;  
XII - Resolver os casos omissos e as contradições do presente Estatuto.

Jonathas Ribeiro da Silva  
Oficial Interno  
Títulos e Docx  
Pessoas Jurídicas  
Cruzador do Sul - AC/3

**Art. 21** - As Assembleias Gerais Extraordinárias acontecerão sempre que necessário e serão convocadas pela Diretoria e por 1/3 (um terço) de seus membros, com a presença de 70% (setenta por cento) de seus membros, em primeira convocação e em segunda convocação, após uma hora com qualquer número de presentes, que estejam no exercício de seus direitos e terão poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesses dos associados.

**Parágrafo primeiro** - É da competência da Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I - Propor reforma do Estatuto;  
II - Dissolução da diretoria;  
III - Mudanças dos membros da Diretoria;  
IV - Mudanças de objetivos;  
V - Aprovação da contribuição dos associados.

**Parágrafo segundo** - Os trabalhos das Assembleias Gerais Extraordinária serão dirigidos pelo Presidente da entidade, auxiliado pelo Vice-Presidente e o Secretário.

**Art. 22** - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão convocadas também pela Diretoria ou por unanimidade do Conselho Fiscal quando julgar necessário;

**Art. 23** - As decisões das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão tomadas por 70% + 1 (setenta por cento mais um) dos votos dos membros presentes, especialmente convocada para destituição de membro da Diretoria, aprovação de contas, reforma do estatuto, dissolução da entidade e exclusão de associado, não podendo a assembleia deliberar em 1.ª convocação, sem a maioria absoluta dos associados.

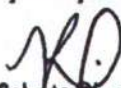
**Art. 24** - As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, reunindo-se no local programado pela a coordenação da Entidade em primeira convocação, com a presença mínima de 70% (setenta por cento) dos membros, não havendo *quórum*, a Assembleia Geral se instalará automaticamente uma hora após a primeira convocação com o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos membros;

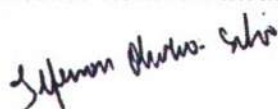
**Art. 25** - Os editais de convocação deverão ser fixados na sede da entidade e divulgados através dos meios de comunicação estadual, regional e local e devem conter dia, hora local, pauta de discussão, data e assinatura do presidente ou seus substitutos.

**Art. 26** - Constarão em atas das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e as decisões tomadas serão vinculam a todos, as assinaturas dos presentes deverão constar no livro de presença específico.

## DA DIRETORIA

**Art. 27** - A entidade será administrada por uma Diretoria composta por 04 (quatro) membros da Diretoria executivo, instituídos nos termos deste estatuto e deverá ser eleita pela a Assembleia Geral Ordinária por voto secreto observando sempre o perfil dos indicados visando o melhor desempenho

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

  
Silvanus Martins Silva



da entidade, e terá um mandato de 04 (quatro) anos, podendo seus membros ser reeleitos por mais um mandato e será composta pelos seguintes membros:

Jonathas Ribeiro  
Oficial Ins. no  
Assessoria Jurídica  
Fevereiro do Sul - AC 3

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Secretário;
- V - Tesoureiro;

**Parágrafo Primeiro** – O mandato dos membros a que se refere o Art. 27º- Será extinto antes do término, nos seguintes casos:

- I - Morte;
- II - Renúncia;
- III - Ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, no período de um ano;
- IV - Procedimento incompatível com a dignidade das funções e do presente estatuto.

**Art. 28** - A Diretoria da entidade, não tem caráter político, partidário e nem restrições por motivo de raça, cor, sexo, religião e nacionalidade.

**Art. 29**- A Diretoria poderá se reunir somente com a presença mínima de 50% (cinquenta) por cento de seus membros, lavrando-se atas das decisões tomadas;

- I - O membro da Diretoria que faltar reuniões deverá justificar a sua ausência perante aos demais membros;
- II - No caso de desistência ou negligência de um membro da Diretoria será de competência da Assembleia Geral promover afastamento do mesmo e, em consequência o preenchimento da vaga.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da diretoria deverão se reunir ordinariamente uma vez a cada trinta dias e extraordinariamente, quando necessário ou a pedido de pelo menos 10% (dez) por cento dos mesmos e as decisões tomadas deverão constar em atas e assinatura dos presentes deverá constar em livro específico de reunião da diretoria e suas decisões vincularão a todos os associados.

**Art. 30** - Em caso de afastamento, impedimento, renúncia, perda do mandato ou falecimento de membro da diretoria, a substituição será feita segundo a seguinte ordem:

- I - O Presidente da entidade será substituído pelo Vice-Presidente, observando-se, a seguir a substituição pelo Secretário-Geral e pelo Secretário de Finanças;
- II - Os outros diretores serão substituídos pelos respectivos suplentes;

**Art. 31**- Em caso de vacância de algum cargo e impossibilidade do mesmo ser preenchido por recusa ou impossibilidade do suplente, caberá a Assembleia a escolha do substituto para preenchimento do cargo.

**Art. 32**- São Atribuições da Diretoria:

- I - Adotar normas para a execução disciplinada dos seus serviços e das atribuições dos demais membros da Diretoria e reuni-las em Regimento Interno;
- II - Encaminhar as deliberações da Diretoria, Conselho Fiscal e das Assembleias Gerais;
- III - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as decisões das Assembleias Gerais e do Conselho Fiscal como também as demandas vindas dos associados;

Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

Seferian Oliveira Silva




- IV - Administrar o patrimônio e organizar a previsão orçamentária e a prestação de contas;  
V - Fiscalizar e participar dos serviços de todos os órgãos públicos ou privados que executarem quaisquer serviços na área de atuação da entidade;  
VI - Fomentar a integração dos trabalhos realizados pelos os órgãos públicos na área de sua abrangência juntamente com os associados;  
VII - Avaliar o objetivo e desempenho das ações dos diversos órgãos atuantes na área de atuação da entidade de forma eventual ou permanente juntamente com os associados;  
VIII - Convocar órgãos atuantes na área da Comunidade, para reuniões periódicas ou quando julgarem necessário;  
IX - Submeter ao Conselho Fiscal os Balanços, relatórios financeiros e prestação de contas da entidade;  
X - Requisitar membros para tomar parte em comissões ou grupos de trabalhos constituídos para cumprir os objetivos da entidade;  
XI - Admitir/demitir empregados e contratar prestação de serviços;  
XII - Criar departamentos, comissões ou seções para o encaminhamento de questões específicas do interesse da entidade;  
XIII - Deliberar sobre a convocação extraordinária de Assembleia Geral;  
XIV - Deliberar sobre questões decorrentes das suas atribuições legais e estatutárias;  
XV - Convocar suplentes da Diretoria e do Conselho Fiscal;  
XVI - Prestar contas da administração financeira e patrimonial da entidade ao final de seu mandato;  
XVII - Manter intercâmbio com entidades públicas e privadas, visando à cooperação entre as entidades;  
XX - No caso de desistência ou negligência de um membro da Diretoria são de competência da Assembleia Geral o afastamento do mesmo e preenchimento da vaga.

**Art. 33 - São Atribuições dos Membros da Diretoria:**

#### **DO PRESIDENTE**

- I - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais;  
II - Representar a entidade, ativa e passivamente em juízo, dentro ou fora da área de sua abrangência, perante autoridades administrativas e judiciárias e os interesses individuais dos associados relativos às atividades ou profissão exercida;  
III - Apresentar nas Assembleias os relatórios de prestações de contas e das atividades da entidade;  
IV - Movimentar em conjunto com o tesoureiro as contas bancárias da entidade;  
V - Assinar compromissos, contratos, convênio; encaminhar projetos e realizar ajustes assumidos pela a entidade, em conjunto com o Secretário e o Tesoureiro;  
VI - Forma parceria e aliança com outras entidades afins;  
VII - Orientar no planejamento das aplicações dos recursos disponíveis;  
VIII - Avaliar com os Diretores, Conselho de Representante e Conselho Fiscal as condições para a implantação de projetos;  
IX - Indicar assessorias específicas em comum acordo com a Diretoria;  
X - Acompanhar todas as discussões no âmbito governamentais e não governamentais locais que envolva os associados, sempre lutando pelos os interesses coletivos de seus membros;  
XI - Visitar as famílias de seus associados para conhecer de perto a realidade de cada uma e fazer o estudo do diagnóstico de cada família em parceria com outras entidades a fim de implantar projetos sustentáveis na da melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

#### **DO VICE-PRESIDENTE**

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

*Silvan Oliveira: Lhs*

*ma*



I - Substituir o Presidente nos seus impedimentos representando-o e executando todas as ações que competem ao mesmo em caso de ausência ou afastamento definitivo observando os termos assumidos pelo o Estatuto;

II - Assessorar o Presidente nas atividades da entidade;

III - Responsabilizar-se na ausência do presidente pelo setor de projetos na elaboração e acompanhamento dos mesmos de acordo com as demandas vindos das bases objetivando a formação de recursos humanos nas áreas de administração, contabilidade, jurídicas e técnica dentro da organização, com o objetivo de fortalecer os demais membros.

## DO SECRETÁRIO

I - Organizar as reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;

II - Secretariar e lavrar Atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;

III - Responsabilizar-se pelos livros, manter arquivos coordenar e programar as atividades da entidade, relativas à formação de lideranças, em cumprimento as decisões das instâncias deliberativas;

IV - Elaborar e programar um plano de formação que promova uma maior conscientização dos associados, além de promover atividades culturais diversas que estimulem o convívio e a troca de experiência entre os mesmos;

V - Coordenar a preparação e a execução do Plano Anual de Atividades da entidade;

VI - Articular a ação das diversas secretarias da entidade, objetivando o trabalho integrado entre as mesmas;

VII - Acompanhar as atividades desenvolvidas nas comissões e departamentos da entidade, mantendo a diretoria informada sobre as mesmas;

VIII - Receber as correspondências endereçadas à entidade, dando ciência das mesmas e encaminhando-as aos demais membros da diretoria;

IX - Substituir o presidente e o vice-presidente nos termos do presente Estatuto;

X - Cadastrar todos os membros da entidade da área de sua abrangência;

XI - Assessorar a diretoria nas atividades que lhe competir;

XII - Assinar em conjunto com o presidente compromissos, contratos e ajustes assumidos pela a entidade;

XIII - Formar banco de dados sobre todas as famílias e comunidade da área de sua abrangência, a fim de ter as informações atualizadas;

XIV - Estar atualizado e informar os associados, bem como, aos demais representantes da entidade sobre todas as atividades e os acontecimentos;

XV - Divulgar as resoluções das instâncias nacionais, estaduais e da Entidade, acompanhando e organizando as atividades deliberadas;

XVI - Manter contato com demais organizações simpatizantes com os serviços prestados pela associação;

XVII - Cuidar do acervo cultural da entidade;

XVIII - Ter agilidade nas reivindicações dos associados;

## DO TESOUREIRO

I - Receber e registrar em livro próprio as doações em dinheiro, pagamento das mensalidades e contribuição de taxas dos associados;

II - Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores da entidade;

III - Acompanhar e coordenar as políticas de finanças definidas pelas instâncias deliberativas da entidade;

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

  
Jefferson Oliveira Silva

  
me



- IV - Gerenciar a parte administrativa financeira da entidade assegurando o regular desenvolvimento de suas atividades internas;
- V - Acompanhar e administrar o corpo técnico, administrativo e de apoio da entidade, cumprindo e fazendo cumprir a política de pessoal estabelecida pela Diretoria;
- VI - Supervisionar os serviços contábeis da entidade;
- VII - Cuidar da compra, do patrimônio, conservação, utilização e alienação dos bens móveis da entidade;
- VIII - Coordenar e administrar financeiramente os convênios e projetos de cooperação firmados com entidades públicas e privados;
- IX - Manter em ordem o livro caixa e a contabilidade da entidade, elaborando balancetes e balanços;
- X - Assinar em conjunto com o presidente as contas bancárias e demais movimentos constitutivos de obrigações;
- XI - Depositar os valores do caixa em agência bancária, escolhida em reunião da diretoria, mantendo em caixa, pequena quantia para as despesas de expedientes;
- XII - Elaborar o relatório anual das prestações de contas a ser submetido às Assembleias Gerais;
- XIII - Elaborar os orçamentos, as prestações de contas e acompanhar a execução financeira dos projetos em andamento.

Parágrafo Único - Todo aumento da ordem financeira e patrimonial, será assinado pelo o presidente e pelo tesoureiro.

#### SEÇÃO IV

##### DO CONSELHO FISCAL

**Art. 34-** O conselho fiscal, órgão de fiscalização contábil e financeira, será integrado por três membros titulares e dois suplentes, eleitos pela Assembleia Geral preferencialmente seus associados efetivos, para o mandato de quatro anos e simultaneamente empossados, permitida apenas uma reeleição.

**Art. 35-** Compete ao Conselho fiscal:

- I - Examinar os livros da escrituração da instituição;
- II - Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para organismos superiores da entidade;
- III - Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

Parágrafo único - O conselho fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por ano, no mês de março e extraordinariamente tantas vezes quantas forem necessárias, a critério de seu presidente que será escolhido entre os membros titulares.

**Art. 36** - Os integrantes do conselho fiscal não podem ser parentes, até o terceiro grau, dos membros do Conselho Deliberativo e da Secretaria Executiva.

#### SEÇÃO V

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Com a inclusão do Conselho Consultivo a nova disposição dos artigos no estatuto ficou assim:

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

  
Silvan Oliveira: Silva



## SEÇÃO VI DAS ELEIÇÕES

**Art. 37** - Os mandatos dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão coincidentes e de quatro anos.

§ 1º - A diretoria empossada na eleição anterior assumirá, imediatamente, a direção da instituição até que o trâmite de registro, no cartório, da nova diretoria eleita e agências bancárias estejam concluído.

§ 2º - O voto será direto e secreto para a eleição dos membros dos conselhos sendo permitido o voto por meio eletrônico, apenas nas circunstâncias estabelecidas no Manual de Procedimento.

§ 3º - As eleições serão convocadas com, pelo menos, trinta dias de antecedência do término dos respectivos mandatos.

§ 4º - Para o procedimento dos cargos só poderão concorrer chapas completas, inscritas conforme o regulamento das eleições.

**Art. 38** - Em caso de ausência, impedimento ou vacância de qualquer dos membros dos Conselhos, o suplente assumirá imediatamente.

Parágrafo único - Havendo vacância e não havendo mais suplentes, será procedida eleição para o preenchimento do cargo, no prazo de trinta dias, para término do respectivo mandato.

**Art. 39**- Os critérios e procedimentos mínimos necessários à convocação de eleição estão contidos no Manual de Procedimentos.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

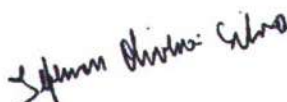
**Art. 40**- O exercício coincidirá com o ano civil.

**Art. 41**- É expressamente vedado o uso da razão social da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM em atos estranho aos seus objetivos sociais, em especial na prestação de avais, endossos, finanças e causas de favor.

**Art. 42**- A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM poderá ser extinta a qualquer tempo, por decisão favorável de 2/3 (dois terços) da maioria absoluta de seus associados que estejam em gozo de seus direitos, que não assegurem a sua continuidade em dois escrutínios com prazo de sete dias entre ambos, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, destinando-se o seu patrimônio e haveres à uma entidade congênere, filiada ao Conselho Nacional de Serviço Social - CND.

**Art. 43**- No caso de dissolução da instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM, nos termos do artigo 33, inciso III da Lei 9.790/99;

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699

  
Salomão Oliveira: Silva  
TMB



Art. 44- Na hipótese da entidade perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou sua qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM.


Art. 45- O presente Estatuto Social só poderá ser reformulado através de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim.

Parágrafo Único – são necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornarem válidas as deliberações de que trata este artigo.


Art. 46- Os casos omissos serão decididos, no que couber, pela Secretaria Executiva pelo Conselho Deliberativo ou pela Assembleia Geral.

Art. 47- Todas as disposições estatutárias, que se originarem na presente revisão e bem assim as demais disposições considerar-se-ão vigentes e com eficácia após a aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária e averbadas na Serventia de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Cruzeiro do Sul/AC, 06 de maio de 2024

  
**JEFERSON OLIVEIRA SILVA**  
Presidente

  
**MARIA RAÍGELA DA COSTA SILVA**  
1º Secretária

  
Dr. Roberto Oliveira  
Advogado  
OAB/AC 5699  
**ROBERTO SILVA DE OLIVEIRA**  
Advogado OAB – AC  
Nº 5.699





**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE CRUZEIRO DO SUL - AC**  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial  
Avenida Boulevard Thaumaturgo nº 750 | Centro | 1ª loja | Sala 79 | Copacabana Shopping | Cruzeiro do Sul - Acre  
Tel: (68) 3322 7555 | E-mail: atendimento@cartorio.rs@gmail.com

**PESSOAS JURÍDICAS - LIVRO A 99, fls. 149/151**  
Ata de Alteração Estatutária, protocolizado e digitalizado sob o nº 7220 e Registrado sob o nº 5996 referente ao Estatuto da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM - CNPJ: 46.326.678/0001-60 que encontra-se no livro A- 97, fls. 120/131. Dou fé. Cruzeiro do Sul - AC, 07/05/2024.

Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial Interino



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE CRUZEIRO DO SUL - AC**  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial  
Avenida Boulevard Thaumaturgo nº 750 | Centro | 1ª loja | Sala 79 | Copacabana Shopping | Cruzeiro do Sul - Acre  
Tel: (68) 3322 7555 | E-mail: atendimento@cartorio.rs@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
C1 - OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Selo: C10000EC4E - Chave: 69E7D4C2  
Data/Hora: 07/05/2024 10:18:29  
Soneya Tarcia Lopes Bezerra  
Valor Total: R\$ 59,30  
Fecim: R\$ 2,97 - Funaj: R\$ 5,92  
Consulte a autenticidade: [selo.tjse.jus.br](http://selo.tjse.jus.br)



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE CRUZEIRO DO SUL - AC**  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial  
Avenida Boulevard Thaumaturgo nº 750 | Centro | 1ª loja | Sala 79 | Copacabana Shopping | Cruzeiro do Sul - Acre  
Tel: (68) 3322 7555 | E-mail: atendimento@cartorio.rs@gmail.com

Estado do Acre  
C1 - OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Selo: C10000EC4E - Chave: 2CA3B4B2  
Data/Hora: 07/05/2024 10:15:25  
Soneya Tarcia Lopes Bezerra  
Valor Total: R\$ 49,30  
Fecim: R\$ 2,46 - Funaj: R\$ 4,93  
Consulte a autenticidade: [selo.tjse.jus.br](http://selo.tjse.jus.br)



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE CRUZEIRO DO SUL - AC**  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial  
Avenida Boulevard Thaumaturgo nº 750 | Centro | 1ª loja | Sala 79 | Copacabana Shopping | Cruzeiro do Sul - Acre  
Tel: (68) 3322 7555 | E-mail: atendimento@cartorio.rs@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
C1 - OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Selo: C10000EC4B - Chave: 3F1774C1  
Data/Hora: 07/05/2024 10:16:26  
Soneya Tarcia Lopes Bezerra  
Valor Total: R\$ 118,00  
Fecim: R\$ 5,82 - Funaj: R\$ 11,60  
Consulte a autenticidade: [selo.tjse.jus.br](http://selo.tjse.jus.br)



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE CRUZEIRO DO SUL - AC**  
Jonathas Ribeiro da Silva - Oficial  
Avenida Boulevard Thaumaturgo nº 750 | Centro | 1ª loja | Sala 79 | Copacabana Shopping | Cruzeiro do Sul - Acre  
Tel: (68) 3322 7555 | E-mail: atendimento@cartorio.rs@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado do Acre  
C1 - OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Selo: C10000EC4C - Chave: 7F00780B  
Data/Hora: 07/05/2024 10:10:27  
Soneya Tarcia Lopes Bezerra  
Valor Total: R\$ 84,80  
Fecim: R\$ 2,72 - Funaj: R\$ 5,45  
Consulte a autenticidade: [selo.tjse.jus.br](http://selo.tjse.jus.br)







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.326.678/0001-60 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 29/04/2022</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO AMIGOS DO BEM</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO AMIGOS DO BEM</div>		<div>PORTE DEMAIS</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada</div>			
<div>LOGRADOURO R ALFREDO TELES</div>	<div>NÚMERO 1460</div>	<div>COMPLEMENTO SALA 01</div>	
<div>CEP 69.980-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO CRUZEIRO DO SUL</div>	<div>UF AC</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO ASSOCIACAOTAPIRYCZS@GMAIL.COM</div>		<div>TELEFONE (68) 9964-4845</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/04/2022</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 10/04/2024 às 12:11:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





## ACRE

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE – PCAC

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICA CIENTÍFICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RAIMUNDO HERMINIO DE MELO

AV ANTONIO DA ROCHA VIANA, 1294, BOSQUE, RIO BRANCO, ACRE, BRASIL, 69900-526

Tel.: (68) 3224-1390 / (68) 3244-1300 - Ramal 215 - E-mail: gabinete.iirhm.acre@gmail.com



### CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº **32715/2024**

Em consonância com os dispositivos abaixo, foi consultado o banco de dados do Instituto de Identificação deste Estado, o qual se verificou que **NADA CONSTA** contra **MARIA RAIGELA DA COSTA SILVA**, nascido(a) em 30/09/1991, filho(a) de JOSÉ BEZERRA DA SILVA e MARIA BELAIDE DA COSTA, e documento de identificação de número 1088327-4.

24 de outubro de 2024

**JUNIOR CESAR DA SILVA**  
DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

**IMPORTANTE:** A presente certidão de Antecedentes Criminais fornecida pelo Instituto de Identificação deste Estado não implica inexistência de pendências Jurídico-Criminais, considerando o que determina o artigo 20 do Código de Processo Penal e artigo 202 da Lei 7.210/84.

Parágrafo único do artigo 20 do Código de Processo Penal: Nos atestados de antecedentes criminais que lhe forem solicitados a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes.

Art. 202 da Lei 7.210/84: Cumprida ou extinta a pena, não constarão da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, qualquer notícia ou referência à condenação, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei.

**Válida por 90(noventa) dias**

Esta certidão deverá ser apresentada juntamente com o documento pessoal para a confirmação dos dados.

Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.



Para autenticar esse documento, leia o QRCode.

Emitido em 24/10/2024 12:07





Nº 152953132024

Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **LUCILENE LOPES DA SILVA**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de MANOEL SOUZA DA SILVA e MARIA ADENIS BRAZ LOPES, nascido(a) aos 07/03/1994, natural de Ipixuna-AM, CI 065.705-A PC-AC AC, CPF 014.766.012-24.

Esta certidão foi expedida em **24/10/2024** às **14:20** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 152953132024.



## ACRE

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE – PCAC

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICA CIENTÍFICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RAIMUNDO HERMINIO DE MELO

AV ANTONIO DA ROCHA VIANA, 1294, BOSQUE, RIO BRANCO, ACRE, BRASIL, 69900-526

Tel.: (68) 3224-1390 / (68) 3244-1300 - Ramal 215 - E-mail: gabinete.iirhm.acre@gmail.com



### CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº

**32711/2024**

Em consonância com os dispositivos abaixo, foi consultado o banco de dados do Instituto de Identificação deste Estado, o qual se verificou que **NADA CONSTA** contra **JEFERSON OLIVEIRA SILVA**, nascido(a) em 11/07/1995, filho(a) de **OSMAILDO LOPES DA SILVA** e **ROSA MARIA SOBREIRA DE OLIVEIRA**, e documento de identificação de número 1131750-7.

24 de outubro de 2024

**JUNIOR CÉSAR DA SILVA**  
DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

**IMPORTANTE:** A presente certidão de Antecedentes Criminais fornecida pelo Instituto de Identificação deste Estado não implica inexistência de pendências Jurídico-Criminais, considerando o que determina o artigo 20 do Código de Processo Penal e artigo 202 da Lei 7.210/84.

Parágrafo único do artigo 20 do Código de Processo Penal: Nos atestados de antecedentes criminais que lhe forem solicitados a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes.

Art. 202 da Lei 7.210/84: Cumprida ou extinta a pena, não constarão da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, qualquer notícia ou referência à condenação, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei.

**Válida por 90(noventa) dias**

Esta certidão deverá ser apresentada juntamente com o documento pessoal para a confirmação dos dados.  
Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.



Para autenticar esse documento, leia o QRCode.

Emitido em 24/10/2024 11:56





## ACRE

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE – PCAC

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICA CIENTÍFICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RAIMUNDO HERMINIO DE MELO

AV ANTONIO DA ROCHA VIANA, 1294, BOSQUE, RIO BRANCO, ACRE, BRASIL, 69900-526

Tel.: (68) 3224-1390 / (68) 3244-1300 - Ramal 215 - E-mail: gabinete.iirhm.acre@gmail.com



### CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº

**32713/2024**

Em consonância com os dispositivos abaixo, foi consultado o banco de dados do Instituto de Identificação deste Estado, o qual se verificou que **NADA CONSTA** contra **BRUNO OLIVEIRA JUCÁ**, nascido(a) em 25/06/1993, filho(a) de SOLON ASSIS JUCÁ e ROSA MARIA SOBREIRA DE OLIVEIRA, e documento de identificação de número 1131751-5.

24 de outubro de 2024

**JUNIOR CESAR DA SILVA**  
**DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO**

**IMPORTANTE:** A presente certidão de Antecedentes Criminais fornecida pelo Instituto de Identificação deste Estado não implica inexistência de pendências Jurídico-Criminais, considerando o que determina o artigo 20 do Código de Processo Penal e artigo 202 da Lei 7.210/84.

Parágrafo único do artigo 20 do Código de Processo Penal: Nos atestados de antecedentes criminais que lhe forem solicitados a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes.

Art. 202 da Lei 7.210/84: Cumprida ou extinta a pena, não constarão da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, qualquer notícia ou referência à condenação, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei.

**Válida por 90(noventa) dias**

Esta certidão deverá ser apresentada juntamente com o documento pessoal para a confirmação dos dados.

Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.



Para autenticar esse documento, leia o QRCode.

Emitido em 24/10/2024 12:05

## DECLARAÇÃO DE NÃO REMUNERAÇÃO E NÃO DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS, BONIFICAÇÕES OU VANTAGENS

Eu Maria Raígela da Costa Silva, portador(a) do CPF 002.945.522-78, na qualidade de membro da diretoria da Associação Amigos do Bem, inscrita no CNPJ sob o nº 46.326.678/0001-60, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 605, sala 03, Centro na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, 69980-000, declaro, para os devidos fins, que:


1. Não sou remunerado(a), de forma direta ou indireta, pelo desempenho de minhas funções dentro da associação, seja sob qualquer título, forma ou pretexto;

2. Não recebo lucros, bonificações ou quaisquer vantagens decorrentes das atividades da Associação Amigos do Bem, em consonância com os princípios que regem a entidade, sendo todo o patrimônio e recursos da associação destinados exclusivamente à consecução de seus fins sociais, conforme seu estatuto;

3. Estou ciente de que a Associação Amigos do Bem é uma entidade sem fins lucrativos e que, em conformidade com a legislação vigente, não distribui lucros a seus dirigentes, mantenedores ou associados, dedicando-se integralmente à promoção do bem-estar social.

Declaro, por fim, que minha atuação na Associação Amigos do Bem é voluntária e em conformidade com os princípios legais e éticos da instituição.

Cruzeiro do Sul – Acre 24 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 MARIA RAÍGELA DA COSTA SILVA  
Data: 24/10/2024 16:02:00-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Maria Raígela da Costa Silva  
Secretária




## DECLARAÇÃO DE NÃO REMUNERAÇÃO E NÃO DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS, BONIFICAÇÕES OU VANTAGENS

Eu Lucilene Lopes da Silva, portador(a) do CPF 014.766.012-24, na qualidade de membro da diretoria da Associação Amigos do Bem, inscrita no CNPJ sob o nº 46.326.678/0001-60, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 605, sala 03, Centro na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, 69980-000, declaro, para os devidos fins, que:

1. Não sou remunerado(a), de forma direta ou indireta, pelo desempenho de minhas funções dentro da associação, seja sob qualquer título, forma ou pretexto;
2. Não recebo lucros, bonificações ou quaisquer vantagens decorrentes das atividades da Associação Amigos do Bem, em consonância com os princípios que regem a entidade, sendo todo o patrimônio e recursos da associação destinados exclusivamente à consecução de seus fins sociais, conforme seu estatuto;
3. Estou ciente de que a Associação Amigos do Bem é uma entidade sem fins lucrativos e que, em conformidade com a legislação vigente, não distribui lucros a seus dirigentes, mantenedores ou associados, dedicando-se integralmente à promoção do bem-estar social.

Declaro, por fim, que minha atuação na Associação Amigos do Bem é voluntária e em conformidade com os princípios legais e éticos da instituição.

Cruzeiro do Sul – Acre 24 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 LUCILENE LOPES DA SILVA  
Data: 24/10/2024 13:58:21-0300  
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Lucilene Lopes da Silva  
Vice-Presidente


## DECLARAÇÃO DE NÃO REMUNERAÇÃO E NÃO DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS, BONIFICAÇÕES OU VANTAGENS

Jeferson Oliveira Silva, portador(a) do CPF 020.681.962-55, na qualidade de membro da diretoria da Associação Amigos do Bem, inscrita no CNPJ sob o nº 46.326.678/0001-60, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 605, sala 03, Centro na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, 69980-000, declaro, para os devidos fins, que:

1. Não sou remunerado(a), de forma direta ou indireta, pelo desempenho de minhas funções dentro da associação, seja sob qualquer título, forma ou pretexto;
2. Não recebo lucros, bonificações ou quaisquer vantagens decorrentes das atividades da Associação Amigos do Bem, em consonância com os princípios que regem a entidade, sendo todo o patrimônio e recursos da associação destinados exclusivamente à consecução de seus fins sociais, conforme seu estatuto;
3. Estou ciente de que a Associação Amigos do Bem é uma entidade sem fins lucrativos e que, em conformidade com a legislação vigente, não distribui lucros a seus dirigentes, mantenedores ou associados, dedicando-se integralmente à promoção do bem-estar social.

Declaro, por fim, que minha atuação na Associação Amigos do Bem é voluntária e em conformidade com os princípios legais e éticos da instituição.

Cruzeiro do Sul – Acre 24 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 JEFERSON OLIVEIRA SILVA  
Data: 24/10/2024 13:46:47-0300  
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Jeferson Oliveira Silva  
Presidente



## DECLARAÇÃO DE NÃO REMUNERAÇÃO E NÃO DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS, BONIFICAÇÕES OU VANTAGENS


Bruno Oliveira Jucá, portador(a) do CPF 019.862.722-06, na qualidade de membro da diretoria da Associação Amigos do Bem, inscrita no CNPJ sob o nº 46.326.678/0001-60, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 605, sala 03, Centro na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, 69980-000, declaro, para os devidos fins, que:

1. Não sou remunerado(a), de forma direta ou indireta, pelo desempenho de minhas funções dentro da associação, seja sob qualquer título, forma ou pretexto;
2. Não recebo lucros, bonificações ou quaisquer vantagens decorrentes das atividades da Associação Amigos do Bem, em consonância com os princípios que regem a entidade, sendo todo o patrimônio e recursos da associação destinados exclusivamente à consecução de seus fins sociais, conforme seu estatuto;
3. Estou ciente de que a Associação Amigos do Bem é uma entidade sem fins lucrativos e que, em conformidade com a legislação vigente, não distribui lucros a seus dirigentes, mantenedores ou associados, dedicando-se integralmente à promoção do bem-estar social.

Declaro, por fim, que minha atuação na Associação Amigos do Bem é voluntária e em conformidade com os princípios legais e éticos da instituição.

Cruzeiro do Sul – Acre 24 de outubro de 2024.

Bruno Oliveira Jucá  
Tesoureiro

Documento assinado digitalmente  
 BRUNO OLIVEIRA JUCA  
Data: 24/10/2024 14:05:34 -0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>